



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO CONSUMO
BACHARELADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

OTONIEL GALDINO DA SILVA

**ENDIVIDAMENTO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: *INSIGHTS* SOBRE
EDUCAÇÃO FINANCEIRA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO (UFRPE)**

Recife, outubro de 2020

OTONIEL GALDINO DA SILVA

**ENDIVIDAMENTO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: *INSIGHTS* SOBRE
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO (UFRPE)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Economia Doméstica.

Orientadora: Msc. Hortência Cruz de Albuquerque.

Coorientadora: Dra. Laurileide Barbosa da Silva.

Recife, outubro de 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S586e Silva, Otoniel Galdino
ENDIVIDAMENTO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: INSIGHTS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE) / Otoniel Galdino Silva. - 2020.
78 f. : il.
- Orientadora: Hortencia Cruz de Albuquerque.
Coorientadora: Laurileide Barbosa da Silva.
Inclui referências e apêndice(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Economia Doméstica, Recife, 2020.
1. Educação Financeira. 2. Endividamento. 3. UFRPE. I. Albuquerque, Hortencia Cruz de, orient. II.
Silva, Laurileide Barbosa da, coorient. III. Título

CDD 640

OTONIEL GALDINO DA SILVA

**ENDIVIDAMENTO ENTRE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: *INSIGHTS* SOBRE
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO (UFRPE)**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Economia Doméstica da
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
como requisito para obtenção do Título de
Bacharel em Economia Doméstica.

Recife – PE, 20 de outubro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Laurileide Barbosa da Silva
Departamento de Ciências do Consumo - UFRPE
Presidente

Profa. Msc. Jaqueline Ferreira de Holanda
Departamento de Ciências do Consumo - UFRPE
Examinadora Interna

Economista Doméstica Msc. Juliana Cristina das Chagas de Melo
Examinadora externa

RESUMO

Com a crescente globalização o significado do consumo tem tomado proporções ainda maiores, alcançando todos os grupos sociais. Os mais suscetíveis ao apelo da publicidade são crianças e jovens, muitos deles em fase escolar e outros ingressando no ensino superior, mas, nem sempre educados financeiramente. Esta pesquisa teve por objetivo investigar sobre o endividamento entre os jovens universitários da UFRPE e as formas de acesso à Educação Financeira. O trabalho foi desenvolvido por uma metodologia conduzida através de uma pesquisa quali-quantitativa por meio de um levantamento realizado entre os jovens de diversos cursos da Instituição de Ensino Superior durante o mês de agosto de 2020, onde os dados foram coletados através de um questionário eletrônico aplicado a um grupo de respondentes composto por 81 estudantes matriculados. Para atender o objetivo geral, foram utilizadas diversas variáveis para a análise como o perfil socioeconômico, as experiências com Educação Financeira antes e depois de ingressarem no ensino superior, o perfil de consumo, os comportamentos em relação às finanças, entre outros. Como resultados, a pesquisa identificou que apesar da pandemia do COVID-19, verifica-se que os jovens universitários da UFRPE não são muito propensos ao endividamento, ou pelo menos na percepção deles, a maioria não se considera endividados. Dos que se consideram endividados e também superendividados (27,2% e 11,1%, respectivamente), o tipo de dívida mais comum é o cartão de crédito (51,9%). Percebeu-se de forma geral que os estudantes consideram importante a UFRPE dispor de cursos e palestras sobre educação financeira, como formas de acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Educação Financeira. Endividamento. UFRPE.

ABSTRACT

With increasing globalization, the significance of consumption has even greater proportions, reaching all social groups. The most vulnerable to the appeal of advertising are children and young people, many of them in school and others entering higher education, but not always financially educated. This research aimed to investigate the indebtedness among young university students at UFRPE and the ways of accessing Financial Education. The work was developed by a methodology conducted through a qualitative and quantitative research through a survey carried out among young people from different courses of the Higher Education Institution during the month of August 2020, where the data were collected through an electronic questionnaire. applied to a sample composed of 81 enrolled students. To meet the general objective, several variables were used for the analysis, such as the socioeconomic profile, the experiences with Financial Education before and after entering higher education, the consumption profile, the behaviors in relation to finance, among others. As a result, the research identified that despite the pandemic of COVID-19, it appears that young university students at UFRPE are not very prone to debt, or at least in their perception, most do not consider themselves indebted. Of those who consider themselves indebted and also over-indebted (27.2% and 11.1%, respectively), the most common type of debt is the credit card (51.9%). It was generally perceived that students consider it important for UFRPE to have courses and lectures on financial education, as forms of access to knowledge.

Keywords: Financial Education. Indebtedness. UFRPE.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Faixa Etária da amostra pesquisada**
- Gráfico 2 - Grau de Escolaridade**
- Gráfico 3 - Renda Mensal**
- Gráfico 4 - Quantidade de pessoas que moram na residência**
- Gráfico 5 - Vínculo Empregatício dos jovens universitários**
- Gráfico 6 - Ajuda Financeira**
- Gráfico 7 - Experiências com Educação Financeira**
- Gráfico 8 - Experiências com Educação Financeira na UFRPE.**
- Gráfico 9 - Motivação de compras.**
- Gráfico 10 - Formas de pagamento de compras.**
- Gráfico 11 - Estratégia de compras.**
- Gráfico 12 - Forma de controle dos gastos.**
- Gráfico 13 - Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?**
- Gráfico 14 - Fontes de conhecimentos para gerir a renda.**
- Gráfico 15 - Poupança dos estudantes**
- Gráfico 16 - Reserva de Emergência dos estudantes**
- Gráfico 17 - Classificação dos gastos**
- Gráfico 18 - Endividamento**
- Gráfico 19 - Tipos de dívidas**
- Gráfico 20 - Superendividamento**
- Gráfico 21 - Razões do Superendividamento**
- Gráfico 22 - Comprometimento da renda**
- Gráfico 23 - Pagamentos de fatura**
- Gráfico 24 - Pagamentos em atraso**
- Gráfico 25 - Justificativa do pagamento em atraso**
- Gráfico 26 - Inadimplência**
- Gráfico 27 - Educação Financeira e UFRPE 1**
- Gráfico 28 - Educação Financeira e UFRPE 2**

LISTA DE ABREVIATURAS

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros
BCB - Banco Central do Brasil
Codai - Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas
CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira
CVM - Comissão de Valores Mobiliários do Brasil
DECON - Departamento de Economia da UFRPE
ENEF - Estratégia Nacional para Educação Financeira
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Estado de Pernambuco
FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEIC - Pesquisa de endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB - Produto interno bruto
PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SCPC - Serviço Central de Proteção ao Crédito
Sisu - Sistema de Seleção Unificada
SPC - Serviço de Proteção ao Crédito
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados
UAG - Unidades Acadêmicas de Garanhuns
UAST - Unidades Acadêmicas de Serra Talhada
UACSA - Unidades Acadêmicas do Cabo de Santo Agostinho
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
UAEADTec - Unidades Acadêmicas de Educação a Distância

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	14
3. REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 Educação Financeira	15
3.2 A sociedade de consumidores	21
3.3 O Endividamento na Sociedade Contemporânea	24
3.4 O endividamento entre os jovens universitários.	26
4. METODOLOGIA	29
4.1 Universo e grupo de respondentes	30
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
5.1 Perfil socioeconômico e demográfico da amostra	33
5.1.1 Faixa Etária	33
5.1.2 Gênero	34
5.1.3 Estado civil	34
5.1.4 Grau de Escolaridade	34
5.1.5 Renda Mensal	35
5.1.6 Quantidade de filhos	36
5.1.7 Moradia	36
5.1.8 Quantidade de pessoas que moram na residência	36
5.1.9 Vínculo empregatício	37
5.1.10 Pessoas do grupo familiar que trabalham	38
5.1.11 Ajuda Financeira	38
5.2 Experiências dos jovens com a Educação Financeira	39
5.2.1. Interesses dos estudantes em relação à Educação Financeira	41
5.3 Perfil de consumo	42
5.3.1. Motivação de compras	42
5.3.2. Formas de pagamento	43

5.3.3 Estratégia de compras	44
5.3.4 Controle dos gastos	46
5.3.5 Gestão do dinheiro	47
5.3.6 Fontes de conhecimentos para gerir a renda	49
5.3.7 Marketing como influência para o endividamento	50
5.4 Comportamento em relação às finanças pessoais	50
5.5 Endividamento, superendividamento e nível de inadimplência dos jovens da UFRPE	53
5.5.1 Relacionamento dos jovens com o cartão de crédito	58
5.5.2 Inadimplência	60
5.6 Educação Financeira e UFRPE	61
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

1.INTRODUÇÃO

A sociedade pós-moderna é caracterizada pela valorização e incentivo ao consumo, tanto em esfera individual quanto coletiva. O ato de consumir é fundamental para a sobrevivência humana, isto é, todos necessitam consumir produtos e serviços, configurando-se como uma das atividades mais básicas e comuns em nossa sociedade. No entanto, na sociedade em questão, o consumo ganha outros significados que estão para além das necessidades humanas.

Com a gradativa globalização a relevância do consumo tem ocupado proporções ainda maiores. Dos grupos sociais, os mais suscetíveis ao apelo da publicidade são crianças e jovens, muitos deles ainda em fase escolar e outros ingressando no ensino superior, mas, nem sempre educados financeiramente.

Conforme situa Oliveira (2018) historicamente as famílias brasileiras não têm acesso à educação financeira, seja pelos longos períodos de crise econômica, de alta inflação, má distribuição de renda, ou mesmo pela falta de tratamento do tema no ensino formal regular. Todavia, o Brasil vivenciou certa estabilidade financeira, com a estabilização da moeda, trazida com a implantação do Plano Real (1994), que proporcionou um aumento do poder de compra da população.

Segundo Savóia et al. (2007), os indivíduos que tinham uma visão imediatista e direcionada para a liquidez¹ e o investimento em ativos reais², vivenciaram um novo contexto no qual os prazos aumentaram e os ativos financeiros adquiriram mais importância do que os ativos reais. Houve também, além disso, o aumento da oferta de crédito por parte do governo,

¹ De acordo com a ANBIMA, liquidez é a capacidade de conversão de um bem em dinheiro. Ou seja, é a rapidez com a qual você consegue se desfazer de algo que você possui para receber dinheiro em mãos. Disponível em: <<https://comoinvestir.anbima.com.br/escolha/compreensao-de-conceitos/o-que-e-liquidez-2/#:~:text=Liquidez%20%C3%A9%20a%20capacidade%20de,importante%20na%20hora%20de%20investir.>> Acesso em 13 de outubro de 2020.

² Segundo a BLOXS, ativos Reais são uma modalidade de ativos que se referem a bens físicos, direitos e valores, relacionados à Economia Real. Assim, os Ativos Reais também podem ser entendidos como sinônimos de ativos alternativos ou investimentos alternativos, a depender do contexto. Disponível em: <<https://conteudos.bloxs.com.br/o-que-sao-ativos-reais/#:~:text=Ativos%20Reais%20s%C3%A3o%20uma%20modalidade,alternativos%2C%20a%20depende%20do%20contexto.>> Acesso em 13 de outubro de 2020.

principalmente entre 2003 e 2016 (governos Lula e Dilma), incentivando o consumo de curto-prazo das famílias brasileiras (DONADIO, 2014).

Apesar disso, o Brasil, segundo Bruhn et al. (2013), continua com uma taxa baixa de poupança nacional, com cerca de 16% do Produto Interno Bruto (PIB), e os níveis de conhecimento financeiro também são baixos. Desse modo a população brasileira, encontra-se ainda em um contexto peculiar no que tange a administração de suas finanças pessoais. É possível observar um aumento na responsabilidade na gestão de suas finanças diante da complexidade dos ativos financeiros com o aumento da oferta de crédito.

Carvalho et al (2015) explica que o aquecimento da economia nacional favorece a alta demanda por crédito e, por conseguinte, o endividamento das pessoas. Sendo assim, muitos indivíduos começam a aceitar riscos excessivos na busca por um consumismo desmedido e que está implantado na cultura da sociedade contemporânea.

Nos últimos anos, os níveis de endividamento familiar têm alcançados patamares elevados, como mostra as pesquisas mensais realizadas pela Confederação Nacional de Bens e Serviços (2020), intitulada como Pesquisa de endividamento e Inadimplência do Consumidor-PEIC. A pesquisa orienta os empresários do comércio de bens, serviços e turismo que utilizam o crédito como ferramenta estratégica, uma vez que permite o acompanhamento do perfil de endividamento do consumidor, com informações sobre o nível de comprometimento da renda do consumidor sobre dívidas, contas em atraso, e sua percepção em relação a capacidade de pagamento.

Ainda segundo a PEIC, os dados apontam o percentual de famílias endividadas em distintas modalidades, tais como: cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro. Em janeiro de 2020, o percentual correspondente foi de 65,3%, o que representa uma pequena queda em relação aos 65,6% observados em dezembro de 2019. Houve alta em relação a janeiro de 2019, quando o indicador alcançou 60,1% do total de famílias. O Cartão de Crédito foi apontado em primeiro lugar como um dos principais tipos de dívida por 79,8% das famílias endividadas.

Com o advento de novas tecnologias e a rapidez de informações, é necessário que os indivíduos e a sociedade em geral estejam preparadas para o acompanhamento e também participação e enfrentamento dessa situação. Desse modo, Júnior, et al., (2015), diz que a educação financeira é uma grande ferramenta nesse processo, uma vez que, por meio dela, é possível gerenciar da melhor forma as finanças pessoais, proporcionando maior capacidade para que os indivíduos possam tomar as melhores decisões.

Soares (2018) cita que, a relação de muitos brasileiros com dinheiro não é muito boa, costumam gastar mais do que ganham, não têm o hábito de realizar o orçamento financeiro, como também, administrar bem suas finanças, assim adquirem dívidas desnecessárias e muitas vezes acabam comprometendo o orçamento familiar. Como resultado dessa falta de controle financeiro e um consumismo desenfreado, tem-se uma população endividada, onde dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil, 2020), evidenciou que 21% dos brasileiros tiveram crédito negativado em novembro de 2019.

Neste sentido, a educação financeira é um tema que tem atraído bastante atenção ultimamente, tanto por pesquisadores quanto de Governos, pois, representa um fenômeno que pode ultrapassar os limites do bem-estar individual e qualidade de vida das famílias (âmbito privado) para tornar-se uma questão de política pública. Diversos países como o Reino Unido e os Estados Unidos preocupam-se cada vez mais em como as pessoas estão gerindo suas finanças, havendo desse modo, um aprofundamento em estudos na área (OCDE, 2005).

Para o Brasil, o estudo da educação financeira revela-se bastante oportuno, haja vista que, além da população em geral ter um nível baixo de educação financeira, o país continua passando por mudanças estruturais em sua economia, obrigando o cidadão comum a rever sua forma de lidar com as finanças pessoais.

Um fator agravante tem sido o cenário posto pela Pandemia causa pelo Coronavírus (Covid-19), que desde o primeiro trimestre de 2020 tem demandado da administração pública em todas as instâncias ações para reverter a situação de endividamento das famílias. Assim, o arrefecimento da

economia por conta das medidas de isolamento social (e fechamento do comércio principalmente) tem mostrado a fragilidade financeira a que estão expostos parte da população brasileira, quando não apresentam condições de manutenção das despesas por sequer um mês ou período superior. Destaca-se ainda, com preocupação, os milhões de brasileiros/as desempregados/as ou em trabalhos precarizados que não oferecem garantias como plano de saúde, 13º salário, por exemplo. Estes/as dependem da transferência de renda do governo federal, o que expõe a um cenário complexo para se pensar a educação financeira pela falta do recurso financeiro.

Por conseguinte, dada a generalização da falta de educação financeira entre adultos, não causa surpresa o fato de ser também um problema entre os jovens, tanto entre estudantes do ensino médio, como entre universitários (CHEN e VOLPE, 1998).

De acordo com Silva (2014), nos últimos anos, pode-se observar um aumento na inclusão de jovens universitários no mercado financeiro e no mercado de consumo. Um dos fatores deste crescimento têm sido as diversas vantagens oferecidas pelas instituições financeiras para esse determinado tipo de cliente, como por exemplo: cartões de créditos, financiamentos, desconto na tarifa de manutenção bancária, cheque especial, entre outros produtos e serviços. Em contrapartida, essa facilidade na concessão do crédito pode levar esses jovens a um endividamento precoce.

Soares (2018) evidencia que no Brasil são poucas as escolas que têm se preocupado em inserir em seu plano de estudos assuntos relacionados com a Educação Financeira. Citando Martins (2004), a autora diz que a escola não consegue incorporar na sua proposta pedagógica temáticas relacionadas às noções de comércio, de economia, de impostos e de finanças. Grande parte da população permanece sem acesso a esses assuntos na fase adulta, seguindo assim sem educação financeira e sem destreza para lidar com as finanças pessoais e familiares.

Para Kiyosaki e Lechter (2000), nosso sistema educacional não tem a diretriz para transmitir conceitos básicos sobre economia e finanças, acabando por formar cidadãos analfabetos financeiros, sem conhecimento de como o sistema financeiro funciona.

Seguindo este pensamento, apresenta-se a problemática estudada neste trabalho: *será que os jovens que ingressam na Universidade têm algum conhecimento de educação financeira e administração de suas finanças?*

O interesse pelo tema proposto partiu de vivências e questionamentos durante o curso de Economia Doméstica, além do tema ganhar dimensões maiores a partir da demanda que a sociedade tem demonstrado em relação a importância da educação financeira na vida das pessoas e suas famílias. É cada vez mais crescente o número de endividados no país, assim como os superendividados gerando um problema social que leva a perda da qualidade de vida dos indivíduos e de suas famílias, trazendo problemas psicossociais e doenças que podem ser acarretadas pelo estresse ocasionado pelo endividamento precoce de jovens.

Considerando o exposto, profissionais de Economia Doméstica tem um papel importante na prevenção e enfrentamento do endividamento uma vez que são dotados de conhecimentos que possibilitam contribuir positivamente para uma melhor percepção e reflexão sobre o tema. Além disso, estudos como este podem promover o desenvolvimento de técnicas que contribuam, a partir de cada realidade, para lidar de modo mais consciente e responsável com as finanças pessoais e das famílias.

2. OBJETIVOS

2.1 – Geral

Investigar sobre o endividamento entre os jovens universitários e as formas de acesso à Educação Financeira.

2.2 – Específicos

1. Caracterizar o perfil socioeconômico e de consumo dos jovens universitários;
2. Identificar casos de endividamento e os fatores que levaram os jovens universitários a esta situação;
3. Identificar as formas de acesso a educação financeira.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e salientar a revisão bibliográfica utilizada para construção do trabalho acerca do tema da Educação Financeira e do Endividamento de jovens universitários no Brasil e no mundo, assim como suas contextualizações.

3.1 Educação Financeira

A Economia Doméstica tem papel importante e pioneiro nos estudos sobre educação financeira. Conforme Kehyayan (2012) apud Donadio (2014), Ellen Richards foi a autora do primeiro livro sobre Educação Financeira, em 1905. Em 1909, ela liderou o movimento de Economia Doméstica e culminou com a criação da *American Home Economic Association*. Esta Associação reunia os/as profissionais da área da ciência da família e do consumidor. Também corroborando com a temática Abel (2008) afirma que esse movimento começou como uma profissão ensinada a mulheres para ser aplicada na própria casa, mas, posteriormente, evoluiu para uma discussão acadêmica.

Várias são as definições que os autores fazem sobre a educação financeira, porém todas se complementam gerando uma coesão. Uma das primeiras conceituações de educação financeira no Brasil foi proposta por Savóia et al. (2007) sendo tratado como “processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais”. De acordo com os Princípios e Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira, elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005):

Educação financeira é “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”. (OCDE, 2005, p. 4)

Desse modo, o princípio da Educação Financeira é: saber como gerar renda, gastar, poupar e investir seu dinheiro para melhorar a sua qualidade de vida. De acordo com o Instituto Educacional BM&F BOVESPA Master (2013), todos nós fomos educados para conviver com outras pessoas em sociedade, em casa ou no ambiente de trabalho, recebemos uma educação formal na escola, que muito nos auxilia a compreender o mundo como um todo. Sendo assim, possuímos uma formação cultural e profissional, mas que nem sempre engloba a educação financeira.

Para Moore (2003), entende-se que “o indivíduo educado financeiramente é aquele, cujo qual teve acesso ao conhecimento sobre o assunto e que pode demonstrar que já utilizou o conhecimento adquirido.”

O termo educação, na área de finanças, tem a acepção de conhecimento dos termos financeiros de mercado, como também a habilidade com a matemática financeira para interpretar dados financeiros e efetuar decisões sábias quanto ao uso do dinheiro, e também abrange o conhecimento de direitos, normas sociais e experiências práticas. (LUCCI, et al. 2006)

Lelis (2006), em seu livro de educação financeira e empreendedorismo, afirma que é um tema no qual se discute a importância do dinheiro, como administrá-lo, como ganhar, gastar, poupar e consumi-lo de forma consciente.

Remund (2010), um autor norte-americano, revisou cem fontes de pesquisa sobre o tema, durante os anos de 2000 a 2010, avaliando que as várias definições conceituais de educação financeira combinam-se em cinco categorias: 1 - Conhecimento de conceitos financeiros; 2 - Habilidade de comunicar-se utilizando estes conceitos; 3 - Aptidão em administrar as finanças pessoais; 4 - Habilidade em tomar decisões financeiras apropriadas e 5 - Confiança em planejar-se financeiramente, de forma efetiva, para necessidades futuras.

Donadio, Campanario e Rangel (2012) afirmam que “a alfabetização financeira possui duas dimensões: o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal – ou educação financeira – e sua utilização, ou seja, a aplicação do conhecimento na gestão das finanças pessoais”.

Diante das diversas conceituações apresentadas, a educação financeira pode ser compreendida como uma combinação de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para a tomada de decisão e o alcance do bem-estar financeiro.

Algumas pesquisas que foram realizadas com o público universitário reforçam a importância da educação financeira. Matta (2007) demonstra existir interesse dos universitários por educação financeira, corroborando, também, que o analfabetismo financeiro causa uma maior propensão ao endividamento, com altas taxas de juros pagas às instituições fornecedoras de crédito. O autor também diz que a educação financeira é tema pertinente entre estudantes e que os universitários com maior risco de endividamento, por falta de orientação financeira, não sabem onde adquirir informação ou não estão cientes de que existem fontes que orientam sobre o tema.

A educação financeira da população é muito importante para toda a sociedade. Desse modo, a preocupação com a educação financeira, no Brasil, se deu a partir de 2010, quando o Governo Federal instituiu por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, a Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF), com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cidadania, ao apoiar e fornecer ações que visam ajudar a população a tomar decisões financeiras mais conscientes e autônomas (BRASIL, 2010).

A ENEF é uma política de Estado de caráter permanente, resultado de uma mobilização multissetorial para promover ações de educação financeira no Brasil, disseminando a cultura da educação financeira entre crianças, jovens e adultos.

Fizeram parte desta estratégia a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM), o Banco Central, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros (BM&FBOVESPA) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Em conjunto, essas instituições formam o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), regulamentado pelo decreto nº. 7.397, no qual foram incluídos os Ministérios da Educação, Justiça, Fazenda e Previdência Social. (DONADIO, 2014. p. 40)

A ENEF tem sido um grande avanço no fortalecimento nacional da promoção da educação financeira. Todavia, no Brasil, o tema ainda é preambular em comparação com outros países, como Estados Unidos e Reino Unido, por exemplo, tornando essencial a elaboração de novas estratégias brasileiras. (DONADIO, 2014; DIAS et al, 2017; BUFFON, 2018; SOARES, 2018; MARCIANO, 2019)

Para Dias et al (2017), a ENEF é importante para que a educação financeira seja entroposta acertadamente no Brasil, mudando as finanças comportamentais das pessoas, visto que, geralmente, os brasileiros encontram objeções em planejar seus gastos de curto e longo prazo, delonga em se preparar para a aposentadoria. Muitos brasileiros e brasileiras não têm informação sobre os riscos de algum investimento e das cautelas e atenções, na hora da tomada de decisão em relação a empréstimos, assim como podem ser sujeitos à fraude.

Donadio (2014) trata em sua tese de doutorado sobre a educação financeira de estudantes universitários, fazendo uma análise dos fatores de influência. O trabalho teve como objetivo investigar a educação financeira de estudantes universitários brasileiros e suas possíveis relações com o capital social, a auto-eficácia percebida para o gerenciamento de finanças pessoais, o comportamento quanto às considerações de consequências futuras na tomada de decisões financeiras e os fatores geradores de estresse financeiro, com base no trabalho feito por Gilligan (2012). O estudo revelou que alguns componentes do capital social, como o nível de educação do pai e o número de disciplinas cursadas em finanças, têm relação positiva com o nível de educação financeira dos estudantes universitários. Trata-se, sobretudo, de um estudo de comparação, pois Gilligan (2012) investiga o fenômeno com estudantes norte-americanos e Donadio (2014) trabalha o mesmo tema com os estudantes brasileiros.

A autora supracitada também conceitua as teorias usadas para embasar seu estudo juntos aos jovens acadêmicos brasileiros:

O Capital Social diz respeito às origens do conhecimento sobre administração financeira pessoal, pois, permite considerar quais as influências que o indivíduo teve, ao longo da vida, para a formação deste conhecimento financeiro, o que inclui a influência da família e a outras fontes de conhecimento a que tenha tido acesso. A auto-eficácia percebida permite analisar a capacidade do indivíduo de tomar decisões que levem em conta a aplicação correta do conhecimento financeiro que possui e, a teoria da Consideração de Consequências Futuras, analisa a habilidade que o indivíduo tem para considerar as circunstâncias econômicas atuais e suas potenciais influências nas decisões financeiras de curto e de longo prazo. (DONADIO, 2014. p. 21)

Fernandes e Candido (2014) estudaram a educação financeira e nível do endividamento com relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. Os autores enfatizam a situação do cenário econômico nacional dos últimos anos e a participação dos jovens na economia, por meio do aumento do poder de compra após a conclusão da educação formal até o ensino superior. A pesquisa apresenta conceitos de economia e endividamento para contextualizar e fundamentar o relato, além de um entendimento sobre o comportamento das gerações.

A pesquisa também buscou analisar a visão dos estudantes de pós-graduação em uma instituição de ensino particular com relação aos principais motivos que os levaram a contrair dívidas. Os autores dizem que a atual geração não consegue administrar a si mesma e suas principais esperanças estão em uma grade escolar ainda inexistente. Dentre os resultados da pesquisa foi evidenciado que, na opinião dos estudantes entrevistados, existe uma grande defasagem no ensino básico.

Marciano (2019) estudou a educação financeira e correlacionou com a mensuração do conhecimento financeiro de estudantes de uma universidade federal e sua correlação com os cinco grandes fatores de personalidade. O autor cita que:

A educação financeira apresenta-se como uma ferramenta útil no desenvolvimento do conhecimento financeiro junto ao público pesquisado, tornando ainda mais relevante a pesquisa junto a estudantes universitários, pois eles representam o futuro da capacidade intelectual e produtiva do país. Pesquisas indicam que a população, em geral, não apresenta conhecimentos básicos para tomar decisões acertadas sobre suas finanças, sendo que a ineficiência nas decisões financeiras contribui para a fragilidade do cenário econômico e social, pois indivíduos desprovidos de conhecimento financeiro apresentam dificuldades em administrar

seus recursos, planejar sua aposentadoria, adquirir produtos e serviços financeiros adequados. (MARCIANO, 2019. p. 6)

O autor utiliza este contexto de finanças comportamentais, pois verificou com base em sua revisão da literatura que mesmo quando consumidores são considerados aptos e independentes para tomarem decisões financeiras concretas, eles podem decidir por não tomar a melhor decisão em função da predominância de fatores de personalidade. Nesse sentido, é importante conhecer sobre finanças e saber qual a sua relação com os aspectos comportamentais das pessoas. Como resultado do referido estudo, foi mensurado o nível do conhecimento financeiro dos alunos de uma universidade federal do sul de Minas Gerais, sendo que o resultado para o perfil masculino foi superior ao perfil feminino. Segundo o autor, com base em revisões teóricas, os cinco fatores da personalidade são classificados como: Extroversão, Neuroticismo, Amabilidade, Conscienciosidade e Abertura.

O autor relacionou os fatores de personalidade e a educação financeira, porém encontrou dificuldades na aquisição de temas relacionados, todavia usou análises dos fatores de personalidade para a educação em geral, para assim contextualizar estudos com universitários.

Vieira et al. (2016), estudaram a alfabetização financeira dos jovens universitários rio-grandenses. As autoras buscaram verificar se os estudantes universitários do interior do estado do Rio Grande do Sul (RS) são alfabetizados financeiramente e se há diferenças de média no nível de alfabetização financeira se avaliadas variáveis como gênero, idade, estado civil, ascendência, independência financeira, dependentes, renda, fonte de renda e área de ensino. Os resultados revelam que os estudantes exibem um comportamento financeiro positivo, mas aquém do ideal; apresentam nível insatisfatório de conhecimento financeiro, culminando em um grau mediano de alfabetização financeira e preocupam-se em controlar e pagar todos os seus compromissos de crédito, apesar de não apresentam hábitos de poupar mensalmente.

Claudino et al (2009) investigaram a educação financeira e endividamento em um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. A pesquisa teve como objetivo principal identificar a relação entre o

nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores técnico-administrativos de uma instituição pública. Os resultados indicaram que o nível de educação financeira dos servidores é insuficiente e que as principais deficiências dos servidores nesta área são: conhecimento da liquidez das aplicações, elaboração de lista de compras, planejamento financeiro e taxa do cheque especial. Quanto ao nível de endividamento, percebeu-se que os servidores, em sua maioria, encontram-se pouco endividados, havendo baixa frequência em níveis mais sérios de endividamento. Os autores concluíram que o maior conhecimento de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento, porém esse conhecimento não exclui a possibilidade de contrair dívidas de risco.

Dias et al (2017) analisaram o perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma instituição federal de ensino superior brasileira. O objetivo geral foi de apresentar o comportamento financeiro dos estudantes universitários. Foi verificado qual o conhecimento sobre educação e planejamento financeiros desses acadêmicos, como se dá o controle de finanças, qual o perfil de investidor dos acadêmicos, como gerenciam seus gastos e que tipo de endividamento possuem. Os resultados demonstraram que os acadêmicos não possuem perfil de investidores, se mostram conservadores, gerenciam os gastos da forma mais simples, sem programas sofisticados, não se consideram endividados, embora o comprometimento da renda varie de 31% a 60%, ou mais. Diante do exposto é possível identificar vários trabalhos que focam mais nesses grupos de estudantes que são da área das ciências sociais aplicadas ou das exatas.

3.2 A sociedade de consumidores

A “sociedade de consumidores” é um tipo de sociedade que “interpela” seus membros basicamente na condição de consumidores. Para Bauman (2008) ela representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas e rejeita todas as opções culturais alternativas.

Bauman (1999) afirma que o que temos em mente é que a nossa sociedade atual é uma “sociedade de consumo”, profundamente diferente da sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma “sociedade de produtores”. A sociedade de produtores tinha como principal orientação a segurança. E não os desfrutes imediato de prazeres. Apenas bens de fato duráveis, resistentes e imunes ao tempo poderiam oferecer a segurança desejada (BAUMAN, 2008).

Em nenhum dos seus dois estágios a sociedade moderna pôde passar sem que seus membros produzissem coisas para consumir. A diferença entre os dois estágios da modernidade está baseada na ênfase e prioridades, o que trouxe uma enorme diferença, em praticamente todos os aspectos da sociedade, da cultura e da vida individual. A sociedade moderna da primeira fase visualizava seus membros como produtores e soldados (mão de obra industrial); mas no seu atual “estágio final moderno (Giddens), segundo estágio moderno (Beck), supramoderno (Balandier) ou pós-moderno”, a sociedade moderna tem pouca necessidade de mão de obra industrial em massa e de exércitos recrutados; em vez disso, precisa engajar seus membros pela condição de consumidores (BAUMAN, 1999, p. 85).

Buaes et al. (2015) evidencia que na evolução da sociedade de trabalho para a sociedade de consumo, com os avanços da industrialização, houve um aumento de produção em amplas proporções. Desse modo, a economia depende da comercialização dessa produção e, para isso, diversas estratégias são utilizadas pelo governo e pelas empresas para impulsionar o consumo, como medidas econômicas, oferta de crédito e até o desenvolvimento de publicidades cada vez mais sofisticadas e sedutoras.

Para Bauman (2008) o consumismo é oposto às formas de vida precedentes e associa a felicidade não tanto a satisfação das necessidades, mas sim a um volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes, fazendo com que haja o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la. Assim, um ambiente líquido-moderno é desacolhedor ao planejamento, investimento e armazenamento de longo prazo, o que pode contribuir para o endividamento aliado a falta de educação financeira.

O consumismo é uma economia do engano, por ser um desperdício econômico, pois ele se fundamenta na irracionalidade dos consumidores, e não em suas estimativas sóbrias e bem informadas; estimula emoções consumistas e não cultiva a razão. A economia consumista se alimenta do movimento das mercadorias e é considerada em alto quando o dinheiro mais muda de mãos; e sempre que isso acontece, alguns produtos de consumo estão viajando para o depósito de lixo. A sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não-satisfação de seus membros (BAUMAN, 2008).

Dessa forma, Bauman (2008) evidenciou que Stephen Bertman cunhou os termos “cultura agorista” e “cultura apressada” para denotar a maneira como vivemos em nosso tipo de sociedade. Na vida “agorista” dos cidadãos da era consumista o motivo da pressa é, em parte, o impulso de adquirir e juntar, porém o motivo mais premente que torna a pressa de fato imperativa é a necessidade de descartar e substituir. Assim:

Idealmente, nada deveria ser abraçado com força por um consumidor, nada deveria exigir um compromisso “até que a morte nos separe”, nenhuma necessidade deveria ser vista como inteiramente satisfeita, nenhum desejo como último. O que realmente conta é apenas a volatilidade, a temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais que o próprio compromisso, que de qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto do desejo. (BAUMAN, 1999. p. 76-77)

Campbell (2006), ao abordar o consumismo moderno, corroborando Bauman (2008), explicita que numa sociedade de consumidores todos precisam ser, devem ser e tem que ser consumidores por vocação. Essa vocação consumista se baseia, também, nos desempenhos individuais, caracterizando o aspecto individualista do consumismo. Desse modo, “consumir” significa investir na afiliação sociais de si próprio, o que se traduz em “vendabilidade”. O consumo é um investimento em tudo que serve para o “valor social” e a auto-estima do indivíduo.

Uma das estratégias para reprodução da sociedade de consumidores é criar, segundo Buaes, et al. (2015), produtos que têm curta durabilidade, seja pela baixa qualidade ou pela constante criação de objetos mais modernos, que aparecem para nós como necessários. A felicidade passou a ser medida pelos objetos que se consegue adquirir. Os autores também citam que não é raro que as pessoas, após adquirir seu objeto de desejo, sintam-se novamente

frustradas ao passar momento de euforia consumista. Passando a consumir novamente, construindo para si uma roda viva de consumo-dívida.

3.3 O Endividamento na Sociedade Contemporânea

Neste tópico, discorreremos sobre o endividamento e o que a literatura tem como definição deste fenômeno tão presente no cotidiano, assim como os impactos que reverberam na sociedade brasileira.

O acesso ao crédito como uma ferramenta de alcance de sonhos e objetivos de consumo tem sido cada vez mais popularizada, sendo possível obter cartões de crédito, por exemplo, em lojas de departamento ou mesmo supermercados de bairro.

De acordo com estudo feito pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2002):

O endividamento é entendido como um saldo devedor de um indivíduo, que pode ser composto de apenas uma dívida ou mais do que uma simultaneamente, quando se tratar mais de uma é denominado como multiendividamento. O Observatório de Crédito e Superendividamento do Consumidor define endividamento como qualquer dívida que um indivíduo possui e que este tem o dever de pagar. (BUFFON, 2018, p. 19)

Para Marques e Frade (2003) seria o saldo devedor de um agregado, o que significa dizer que endividamento é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo. Ao se apossar desse recurso se estabelece um compromisso em devolver, com a data estabelecida, tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária.

Claudino et al. (2009) situa que a educação financeira e o endividamento estão atrelados. Essa educação coopera com o sistema econômico, pois permite aos agentes consumir produtos e serviços financeiros de forma adequada, reduzindo o descumprimento de obrigações com terceiros.

O endividamento tem a possibilidade de ser acompanhado pelo descumprimento do compromisso assumido, surgindo assim à inadimplência, ou seja, o não pagamento pontual dos compromissos financeiros por parte do

devedor. O agravante que pode decorrer do endividamento é o sobre-endividamento, multiendividamento ou também chamado de superendividamento, que consiste nos casos em que o devedor está completamente impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de pagar uma ou mais dívidas, como também casos de pessoas que gastam mais do que recebem, gastam mais do que podem pagar (MARQUES e FRADE, 2003).

Ferreira et al. (2015) alegam que o superendividamento gera danos não apenas ao devedor, mas a toda a sociedade. Sendo necessário ser combatido, através de educação para o consumo, evitando assim que os consumidores não sejam excluídos da sociedade e que não tenham um passivo maior que seu ativo. Para as autoras, o superendividamento trata-se de um fenômeno natural do capitalismo moderno. Dado o problema, as autoras apontam como uma das causas de influência para o superendividamento seria a massificação da produção e das ofertas, como também, as condutas agressivas dos fornecedores em relação ao marketing e à publicidade.

O conceito de superendividamento vai muito além da correlação “bens e direitos < dívidas”. A pessoa humana tem o direito a uma vida digna e justa. Portanto, o conceito de superendividamento deve abranger não apenas os devedores que possuem rendimentos inferiores às dívidas que contraíram, mas todos aqueles que possuem clara impossibilidade de arcar com suas obrigações contraídas vencidas ou vincendas, sob pena de prejuízo ao próprio sustento e de sua família. (FERREIRA, et al. 2015, p. 12)

Santos (2012) aborda que existem dois conjuntos de fatores que representam o endividamento. O primeiro seria o momento em que as condições conduzem as pessoas a contrair empréstimos e utilizar-se dos produtos bancários com maior intensidade; e o segundo, os fatores que intensificam as dificuldades no pagamento de seus créditos, como por exemplo: morte, doença ou desemprego.

Desse modo conforme Buaes et al. (2015), em sua produção do *Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS):

Chamamos de endividamento qualquer dívida que a pessoa possui e tem a obrigação de pagar. Por exemplo, todas as vezes que você fez uma compra a prazo, contraiu uma dívida e ficou em situação de endividamento. Superendividamento é o que acontece quando uma pessoa se vê impossibilitada de pagar suas dívidas e passa a ter

dificuldades para suprir suas necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde. (BUAES, et al. p. 14)

Os autores também citam as consequências do endividamento excessivo, como o comprometimento da qualidade de vida individual e da família, a diminuição da renda com o pagamento de dívidas, juros e multas, a redução do consumo, a inclusão na restrição de crédito, tornando-se inadimplente, tendo seu nome inscrito no cadastro do SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito), SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) ou Serasa, como também a perda do patrimônio.

3.4 O endividamento entre os jovens universitários.

Após situar o endividamento como um problema que afeta toda a sociedade agora se faz necessário tratar mais especificamente como esse problema afeta a juventude. Para tanto, iniciaremos uma explanação geral sobre o conceito de juventude e suas peculiaridades que tornam suscetíveis ao endividamento.

Teixeira (2010) traz uma discussão sobre a juventude e suas conceituações e informa que existe certa confusão sobre até que idade alguém pode ser considerado jovem. Todavia, para o Estatuto da Juventude são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, conforme a Lei Nº 12.852, De 5 de agosto de 2013. Para a autora, existem critérios sociais que marcam a entrada do jovem para a vida adulta, como tornar-se economicamente independente, exercer uma ocupação profissional e estabelecer uma família própria.

Os jovens possuem símbolos que antes pertenciam ao mundo adulto, como o gerenciamento das contas, despesas, planejamento da sua vida financeira e da sua vida pessoal. Hoje eles efetuam e gerenciam as contas como adulto, mas quem custeia o orçamento econômico, de uma forma geral, são os pais (TEIXEIRA, 2010 *apud* LECCARDI 2010).

Junior et al. (2015) afirma que, ultimamente, a maioria dos jovens vem buscando qualificação profissional que, na maioria das vezes, se encontra dentro das universidades. Desse modo, nos últimos anos o governo federal vem investindo no nível superior, estabelecendo projetos para facilitar o

ingresso dos brasileiros nas instituições públicas, ou até mesmo concedendo bolsas de estudos para instituições particulares, assim como programas de financiamentos.

Carvalho et al (2015) diz que na sociedade os indivíduos estão sempre diante de inúmeras possibilidades de consumo. Tais oportunidades apresentam-se em diferentes formatos, com a intenção de assegurar a atenção dos consumidores e conseqüentemente o seu consumo. Os jovens, desse modo, estão tomados por uma pressão social que, tonificado pelo crédito acessível, aumenta o incentivo à compra de bens e, por conseguinte, o endividamento gerado pelo intenso consumo.

Para Carvalho et al (2015) os jovens encaixam-se como um grupo propenso para as dívidas o que faz com que aceitem estar expostos ao risco da inadimplência. Para esse grupo, segundo os autores, há muito se fala do perigo da dívida, da prática do consumismo exacerbado ou até mesmo da propensão em direção ao endividamento. Esse alerta deve a sua relação com o cartão de crédito, por se tratar de uma ferramenta de fácil aquisição que entrou nos hábitos de pessoas dessa faixa etária.

Silva (2014) situa que diante desse consumismo desenfreado e essa facilidade na obtenção do crédito por parte das instituições financeiras, os jovens passam a ter uma sensação de liberdade econômica e de que têm total controle sobre suas despesas. O autor ainda cita que a busca pela independência econômica faz com que esses indivíduos aceitem qualquer tipo de proposta, desde que lhes permitam satisfazer suas necessidades e desejos imediatos usando o crédito disponibilizado, acabando por assumir uma dívida, mesmo sem ter nenhuma fonte de rendimento para custear esse débito. Isto faz com que eles percam o controle do seu orçamento. Segundo o autor supracitado, muitos jovens são conscientes de que o planejamento financeiro é necessário e sabem da sua importância, mas acabam não colocando em prática, não realizando um planejamento das principais variáveis que tornam os jovens propensos ao endividamento.

Como foi destacado anteriormente, várias pesquisas internacionais e nacionais podem ser encontradas relacionando a educação financeira e o

endividamento entre os jovens universitários no mundo inteiro, porém o número ainda é considerado baixo em relação a outros temas.

Para efeito deste estudo destacamos aquele realizado por Silva (2014), o qual investigou a temática de finanças pessoais e a identificação de fatores que influenciam no endividamento de jovens universitários. O estudo teve como objetivo identificar os fatores que influenciaram no endividamento de jovens universitários, verificando o grau de materialismo e a propensão destes estudantes ao endividamento. A pesquisa foi realizada na cidade de Campina Grande/PB, com cerca de 403 participantes, constatando que os principais fatores que influenciam no endividamento de jovens universitários estão relacionados à falta de planejamento, renda e acesso ao crédito.

Silva et al (2015) estudaram a análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários com o objetivo investigar os motivos que os influenciam a consumirem de forma desenfreada, analisando os estímulos externos e internos. Foi evidenciada pelos autores a necessidade de se promover a educação financeira ainda cedo, nos primeiros anos escolares. Como resultado apresentaram que a oferta de crédito rápido e fácil e a publicidade atual são os principais fatores que levam os jovens consumidores a se endividar. Também foi verificado que o nível de endividamento dos alunos entrevistados é realmente alto, embora muitos não percebam isto por confundirem endividamento com inadimplência.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de abordagem quanti-qualitativa, que usa tanto métodos quantitativos quanto qualitativos para a coleta e análise de dados sobre a problemática a ser pesquisada. Essa abordagem possui relevância particular para estudos que tratem das relações sociais, o que adequa-se ao fenômeno do endividamento entre jovens universitários.

A pesquisa de caráter quanti-qualitativo possibilita uma articulação dos dados e a validação de todas as informações. Assim, foram seguidas etapas para que pudéssemos alcançar aos objetivos propostos. A primeira contou com pesquisa bibliográfica para obtenção de dados secundários e revisão da literatura publicada sobre o tema. A pesquisa bibliográfica se deu por meio de consultas a livros, artigos, plataformas científicas como scielo, catálogo de teses e dissertações da Capes e manuais de educação financeira.

A segunda etapa foi dedicada para o levantamento de dados primários, os quais foram alcançados por meio de aplicação de questionário online (survey), através da plataforma do Google Forms (Formulários Google). Esta ferramenta foi priorizada por conta da pandemia de Coronavírus (Covid-19) que atingiu o Brasil desde março de 2020, com recomendação de isolamento social para combater o contágio.

Inicialmente foi realizado um pré-teste com 11 estudantes da UFRPE, durante os dias 27 e 31 de julho de 2020, para certificar se o questionário estava compreensível e de acordo com os objetivos propostos pela pesquisa. Neste sentido, os questionários foram encaminhados para potenciais informantes por meio de: e-mail, redes sociais, aplicativos de mensagens, compartilhados entre os estudantes da UFRPE. Foram realizados os ajustes necessários e o questionário eletrônico definitivo ficou disponível para obtenção dos dados primários no período entre os dias 03 a 21 de agosto de 2020, totalizando 81 respostas válidas obtidas.

O próprio Google Formulário gerou automaticamente a tabulação e representação dos dados primários em tabelas e gráficos. Após o tratamento

quantitativo dos dados primários realizamos a análise e discussão dos resultados, tomando como referência a literatura pertinente sobre a problemática do endividamento entre jovens universitários.

De acordo com Martins e Theóphilo (2018) os levantamentos de dados via questionário são próprios para os casos em que o pesquisador deseja responder a problemática acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos, da maneira como ocorrem em situações do cotidiano. Neste sentido, o questionário se caracteriza como um importante instrumento de coleta de dados para a pesquisa social (MARTINS E THEÓPHILO, 2018). Para Ludwig (2015), o questionário diz respeito a solicitação de informações a um grupo de pessoas antecipadamente selecionadas, acerca de um problema de estudo. Ao utilizar o questionário pressupõe que o informante é uma fonte competente de dados, que fornecerá as informações com boa vontade e que tem a capacidade de compreender as perguntas.

4.1 Universo e grupo de respondentes

Esta pesquisa teve como público alvo os jovens universitários da Universidade Federal Rural de Pernambuco. De acordo com informações obtidas a UFRPE chega em 2020 possuindo 108 anos de tradição em ensino, pesquisa e extensão no estado de Pernambuco e no país. Sua história secular é marcada, ao mesmo tempo, pela capacidade de inovação ao buscar contribuir com a superação dos problemas socioambientais e o desenvolvimento sustentável em projetos e pesquisas que envolvem as ciências tecnológicas, agrárias, humanas, sociais e exatas.

A faixa etária do público alvo para o presente estudo foi de jovens entre 18 a 29 anos³, período da vida em que é possível obter vínculo empregatício e ter acesso a crédito no mercado financeiro. Além disso, era preciso estar, no momento da pesquisa, vinculado à UFRPE.

³ Faixa etária baseada na definição apresentada pelo Estatuto da Juventude e que são contempladas como estudantes da UFRPE. São consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, conforme a Lei Nº 12.852, De 5 de agosto de 2013.

De acordo com informações concedidas pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação da UFRPE, referente ao semestre 2019.2 (2020.1 não estava consolidado até o momento em que foi realizada a pesquisa por conta da pandemia), a referida Universidade tinha um total de 13.142 estudantes devidamente matriculados e vinculados. Fazendo um recorte por faixa etária e gênero, observamos na Figura 1 o total de 10.793 jovens devidamente matriculados:

Figura 1 – Matrícula de jovens entre 18 a 29 anos (2019.2).

Situação Acadêmica	Idade		Idade		Idade	
	ATÉ 18		19/24		25/29	
	M	F	M	F	M	F
MATRICULADO	215	186	4365	3691	1300	1036

Fonte: Pró-reitoria de Ensino de Graduação – UFRPE, 2020.

De acordo com a Figura 1, verificamos que os estudantes com até 18 anos são 215 do sexo masculino e 186 do feminino, totalizando 401 alunos. A grande maioria dos universitários está na faixa etária entre 19 a 24 anos, sendo 4.365 do sexo masculino e 6.691 feminino, totalizando 8.056 alunos. Entre 25 a 29 anos, 1.300 são do sexo masculino e 1.036 feminino, totalizando 2.336 alunos. No total geral da faixa etária escolhida para efeito deste estudo são 10.793 estudantes vinculados na Instituição, referente ao segundo semestre de 2019.

Considerando a abordagem qualitativa deste estudo, foi utilizado o critério de saturação de dados para determinar o tamanho da amostra. Conforme Fontanella et al. (2008), amostragem por saturação é uma ferramenta usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes. Para os autores, o fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, dessa forma, interrompemos a coleta de dados quando foi percebido a redundância nas respostas, totalizando 81 questionários válidos. Os

discentes concordaram em participar da pesquisa, respondendo com qualidade aos itens do instrumento de coleta de dados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo descreve os resultados obtidos após a aplicação do instrumento de pesquisa aos discentes matriculados na cidade do Recife (Campus SEDE), da UFRPE. Foram considerados os turnos: matutinos, vespertino, noturno e os de tempo integral, pertencentes do primeiro ao décimo semestre dos seguintes cursos de graduação:

Administração,
Agronomia,
Bacharelado em Ciências Biológicas,
Bacharelado em Ciências do Consumo,
Bacharelado em Ciências Sociais,
Ciências Econômicas,
Economia Doméstica,
Engenharia Agrícola e Ambiental,
Engenharia de Materiais- UACSA
Engenharia de Pesca,
Engenharia Florestal,
Licenciatura em Ciências Biológicas,
Licenciatura em Educação Física,
Licenciatura em Física,
Licenciatura em História,
Licenciatura em Letras (Português e Espanhol),
Licenciatura em Matemática,
Licenciatura em Pedagogia,
Licenciatura em Química,
Medicina Veterinária e
Zootecnia.

Dos programas de pós-graduação houveram respostas dos seguintes cursos: Doutorado em Ciência e Tecnologia dos Alimentos, Doutorado em Ciências do Solo e Mestrado em Ciências Florestais.

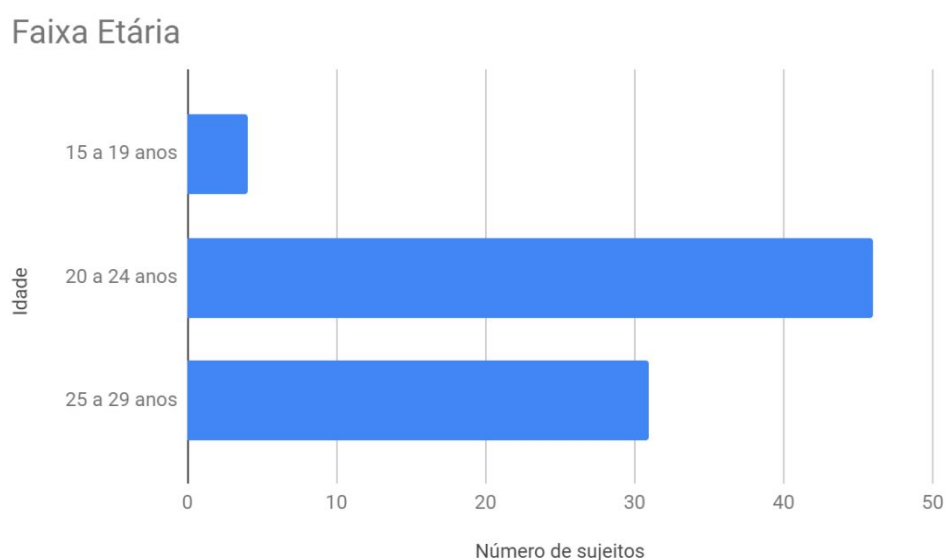
5.1 Perfil socioeconômico e demográfico da amostra

Para caracterização do perfil socioeconômico e demográfico dos sujeitos da pesquisa foram analisados os seguintes dados: estado civil, faixa etária, gênero, grau de escolaridade, vínculo empregatício, renda mensal, quantidade de filhos, moradia, se recebe ajuda financeira, quantidade de pessoas que moram na casa e quantas pessoas do grupo familiar trabalham.

5.1.1 Faixa Etária

O público alvo definido para o estudo foi de jovens entre 18 e 29 anos, conforme já foi explicitado na metodologia anteriormente. Dos 81 respondentes dos questionários, a grande maioria, 46 pessoas (56,8%), está na faixa etária entre 20 a 24 anos, 31 pessoas (38,3%), corresponde a faixa etária de 25 a 29 anos, e a minoria, 4 pessoas (4,9%), estão entre 15 a 19 anos, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição da amostra segundo faixa etária, Recife – agosto de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

5.1.2 Gênero

Em relação ao gênero dos entrevistados, 43 sujeitos (53,1%), pertencem ao gênero feminino, enquanto que 36 (44,4%), ao gênero masculino. Dois sujeitos (2,4%), se consideram Não-binários⁴.

5.1.3 Estado civil

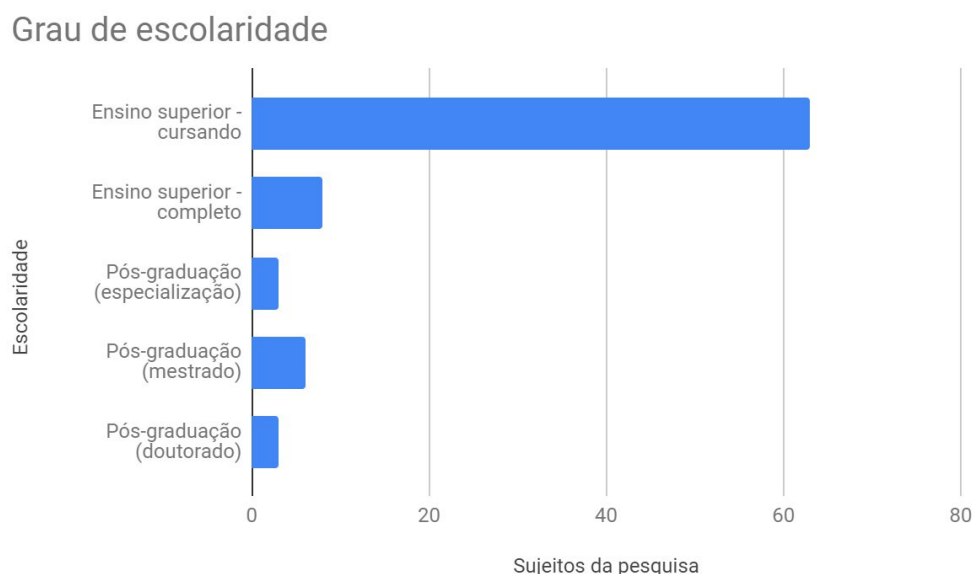
Sobre o estado civil, a grande maioria dos sujeitos da pesquisa, 72 pessoas, são solteiras, representando um percentual de 88,9%, 8 (9,9%), são casados e apenas 1 (1,2%) se encontra divorciado.

5.1.4 Grau de Escolaridade

Em relação ao grau de escolaridade, partimos do pressuposto de que todos os participantes estariam pelo menos cursando o ensino superior, já que é o público alvo da pesquisa. Desse modo, 63 (77,8%), estão cursando o ensino superior, 8 (9,9%), já tem o ensino superior completo (o que não muda o fato de esses sujeitos estarem cursando outra graduação ou pós-graduação atualmente), 3 (3,7%) estão fazendo pós-graduação (especialização), 6 (7,4%), estão na pós-graduação (mestrado) e 3 (3,7%), na pós-graduação (doutorado). Os dados estão expostos no Gráfico 2.

⁴ Termo associado a pessoas cuja identidade ou expressão de gênero não se limita às categorias "masculino" ou "feminino". Algumas pessoas não-binárias podem sentir que seu gênero está "em algum lugar entre homem e mulher", segundo a GLAAD, ou até podem definir seu gênero de maneira totalmente diferente e distante destes dois pólos. Não é, necessariamente, sinônimo de transgênero ou transexual... - Veja mais em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/03/19/glossario-de-genero-entenda-o-que-e-significam-os-terminos-cis-trans-binario.htm?cmpid=copiaecola>

Gráfico 2 – Distribuição da amostra segundo grau de escolaridade, Recife – agosto de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

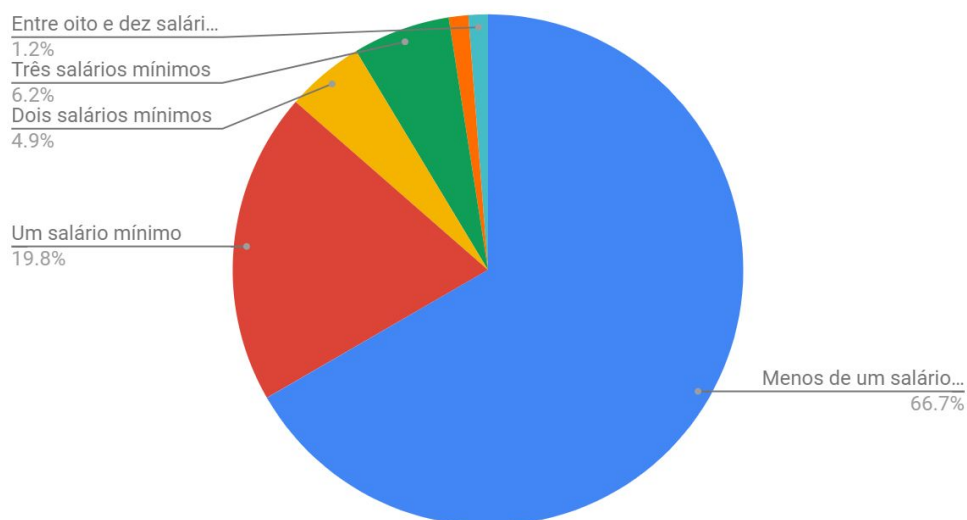
5.1.5 Renda Mensal

Sobre a renda familiar mensal os sujeitos puderam escolher uma opção entre as que foram sinalizadas: menos de um salário mínimo⁵, 54 (66,7%); um salário mínimo, 16 (19,8%); dois salários mínimos, 4 (4,9%); três salários mínimos, 5 (6,2%); entre quatro e sete salários mínimos (1,2%) e entre oito e dez salários mínimos, 1 (1,2%). Os resultados estão representados no Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Distribuição da amostra segundo a renda mensal, Recife – agosto de 2020.

⁵ De acordo com o Guia Trabalhista, referente a Lei 14.013/2020, o salário mínimo com vigência a partir do dia 01.02.2020 tem o valor de R\$ 1.045,00. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm> Acesso em 07 de outubro de 2020.

Renda Mensal



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

5.1.6 Quantidade de filhos

Quando perguntados se possuíam filhos, 76 (93,8%) dos respondentes informaram que não possuíam filhos; 1 (1,2%), informou que possuía apenas 1 filho; 3 (3,7%), apenas 2 e 1 (1,2%) 3 ou mais filhos.

5.1.7 Moradia

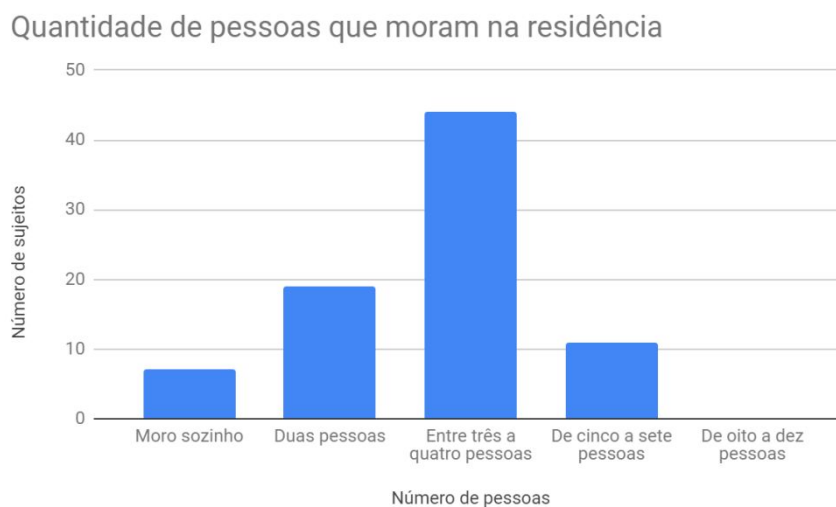
Em relação a moradia a maioria, 48 (59,3%) dos sujeitos da pesquisa residem em casa própria; 19 (23,5%) alugada; 4 (4,9%) financiada e 10 (12,3%) informaram “outra” (outro tipo de moradia) que não foi especificado o tipo.

5.1.8 Quantidade de pessoas que moram na residência

Conforme podemos observar no Gráfico 4 sete (8,6%) dos sujeitos responderam que moram sozinho; 19 (23,5%) informaram que duas pessoas

moram na residência; 44 (54,3%), entre três a quatro pessoas; 11 (13,6%), de cinco a sete pessoas.

Gráfico 4 - Distribuição da amostra segundo a quantidade de pessoas que moram na residência, Recife – agosto de 2020.

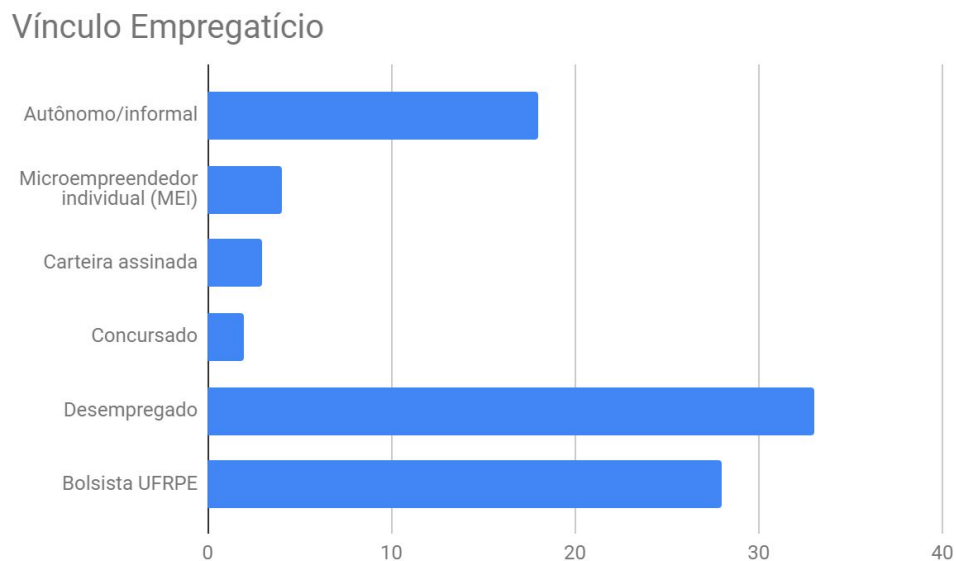


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

5.1.9 Vínculo empregatício

Sobre o vínculo empregatício dos entrevistados 18 (22,2%) destes declararam ser profissionais autônomos ou informais; 4 (4,9%), microempreendedor individual (MEI); 3 (3,7%) informaram que tem a carteira assinada; 2 (2,5%) são concursados; 33 (40,7%) estão desempregados e 28 (34,6%) são bolsistas da UFRPE (Programa de Apoio ao Ingressante (PAI), Programa de Apoio ao Discente (PAD), Programa de Apoio a Gestante (PAG), Programa de residência estudantil, entre outros). Essas bolsas são ofertadas pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGESTI). Outras bolsas também são ofertadas pelos programas de pós-graduação (Mestrado e Doutorado). Nessa questão os sujeitos poderiam marcar mais de uma opção de vínculos empregatícios, desse modo alguns poderiam estar desempregados e estarem recebendo bolsa da UFRPE, como também serem autônomos e receberem bolsas. A seguir consta o Gráfico 5, explicitando os resultados.

Gráfico 5 - Distribuição da amostra segundo vínculo Empregatício dos jovens universitários, Recife – agosto de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

5.1.10 Pessoas do grupo familiar que trabalham

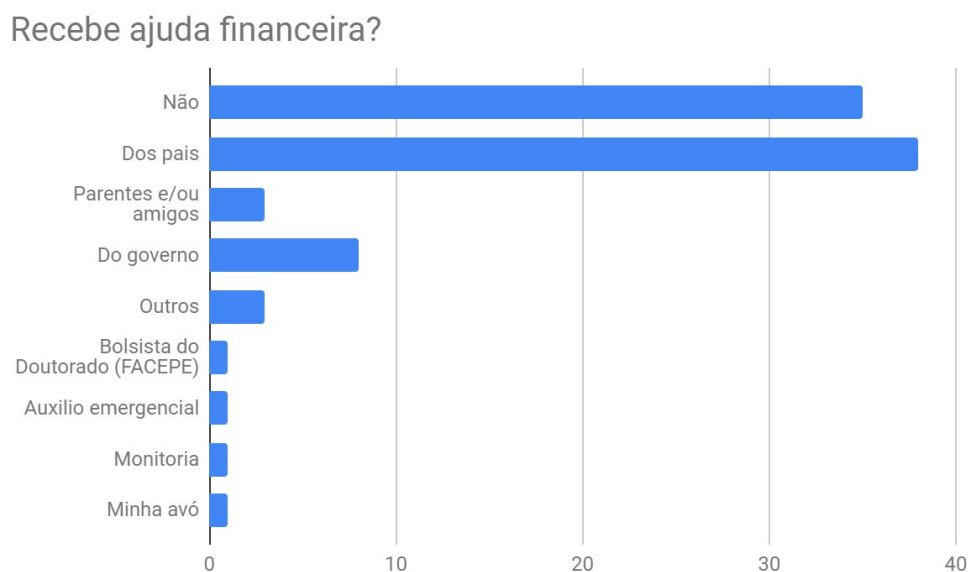
Para ter uma melhor compreensão sobre o perfil socioeconômico dos jovens universitários foi também levantada a questão sobre quantas pessoas do grupo familiar trabalhavam. Os resultados foram os seguintes: 15 (18,5%) dos entrevistados informaram que nenhuma pessoa do grupo familiar trabalha; 31 (38,3%) informaram que pelo menos uma pessoa trabalha; 23 (28,4%) informaram que pelo menos duas pessoas trabalham; 9 (11,1%), disseram que pelo menos três trabalham e 3 (3,7%), informaram que quatro ou mais pessoas do grupo familiar trabalhavam.

5.1.11 Ajuda Financeira

Foi questionado aos jovens se eles recebem algum tipo de ajuda financeira. Os resultados podemos observar no Gráfico 6. Dentre as respostas 35 (43,2%) dos jovens não recebe nenhum tipo de ajuda financeira; 38 (46,9%) recebem ajuda dos pais; 3 (3,7%), recebem ajuda de parentes e/ou amigos; 8 (9,9%) do governo; 3 (3,7%) de “outros” que não especificaram; 1 (1,2%)

informou ser bolsista de doutorado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Estado de Pernambuco (FACEPE); 1 (1,2%), informa que está recebendo o Auxílio Emergencial; 1 (1,2%), recebe bolsa de monitoria; 1 (1,2%) informa que recebe ajuda financeira da avó.

Gráfico 6 -Distribuição da amostra segundo Ajuda Financeira, Recife – agosto de 2020.



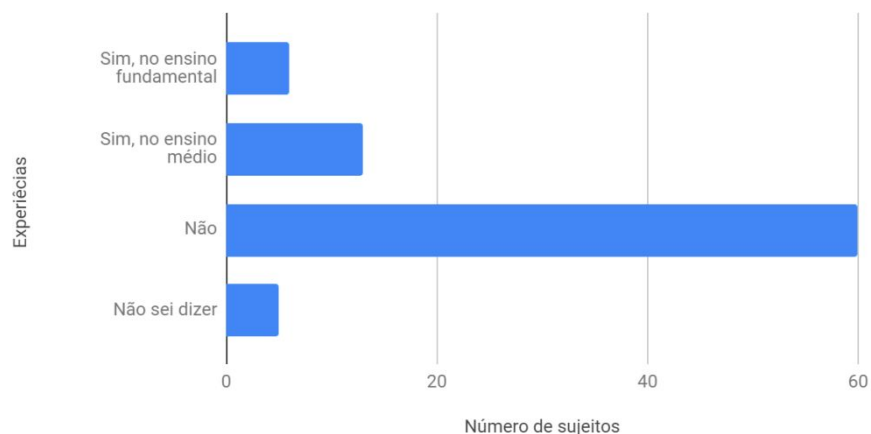
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

5.2 Experiências dos jovens com a Educação Financeira

Logo abaixo apresentamos os Gráficos 7 e 8, que explicitam os resultados sobre questões em que foram indagadas as experiências dos jovens com a educação financeira antes e depois de ingressarem na UFRPE.

Gráfico 7 - Distribuição da amostra segundo experiências com Educação Financeira, Recife – agosto de 2020.

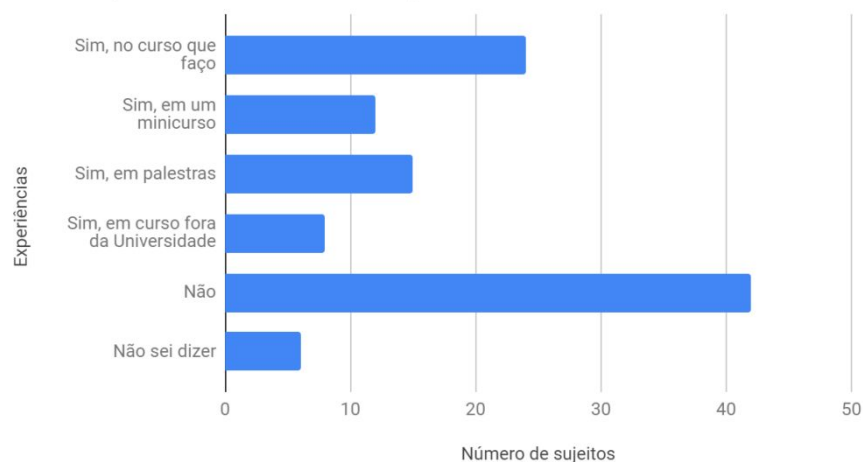
Teve experiência com Educação Financeira antes de ingressar na Universidade?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Gráfico 8 -Distribuição da amostra segundo experiências com Educação Financeira na UFRPE, Recife – agosto de 2020.

Teve experiências com Educação Financeira na UFRPE?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Conforme podemos observar no Gráfico 7, vimos que o sistema escolar brasileiro, em grande parte, não oferece a oportunidade de se ter experiências com a educação financeira e também não dispõem de muitas formas de acesso para tal, apesar de existir a ENEF. Dos respondentes 7,4% disseram que tiveram experiência com a educação financeira no ensino fundamental, 16% no ensino médio, 74,1% informaram que não tiveram experiências com

educação financeira antes de ingressar na Universidade e 6,2% não souberam responder a pergunta.

Esses resultados comprovam o que Soares (2018) evidenciou, que no Brasil são poucas as escolas que têm se preocupado em inserir em seu plano de estudos assuntos relacionados com Educação Financeira.

Para Savóia et al (2007), a situação da educação financeira no Brasil é preocupante e requer iniciativas tanto do setor privado como do setor público para a propagação, fortalecimento e consolidação, de forma duradoura, sendo a participação das escolas e das universidades de grande relevância para o seu êxito. Donadio (2014) enfatiza que é bastante desejável que as crianças comecem a receber as noções sobre educação financeira em todos os níveis de ensino, pois, para a autora, o efeito dessas ações deverá ser percebido dentro de um prazo mais longo, quando elas começarem a integrar o grupo da população economicamente ativa.

Sobre o Gráfico 8, em que verificamos as experiências na UFRPE, 29,6% disseram que tiveram experiências com educação financeira no curso que fazem, 14,8% em algum minicurso, 18,5% em palestras, 9,9% em curso fora da universidade, 51,9% (mais da metade) informaram que não tiveram experiências com educação financeira na UFRPE e 7,4% não souberam responder.

Conforme Donadio (2014) apesar de representar um esforço importante para a disseminação da educação financeira entre vários grupos da população brasileira a ENEF deixa segmentos importantes de fora do Programa: os jovens universitários e os adultos pertencentes às mais variadas classes sociais, pessoas economicamente ativas, que têm participação relevante nas decisões de consumo e poupança no país.

5.2.1. Interesses dos estudantes em relação à Educação Financeira

Sobre a educação financeira 80,2% dos entrevistados informaram que considera essencial, enquanto que 19,8% considera importante. Sobre o interesse nos assuntos envolvendo a temática da educação financeira, 90,1% informaram que tem o interesse, 2,5% informaram que não tem interesse e

7,4% informaram que talvez tivesse interesse se estivessem com dificuldades financeiras.

5.3 Perfil de consumo

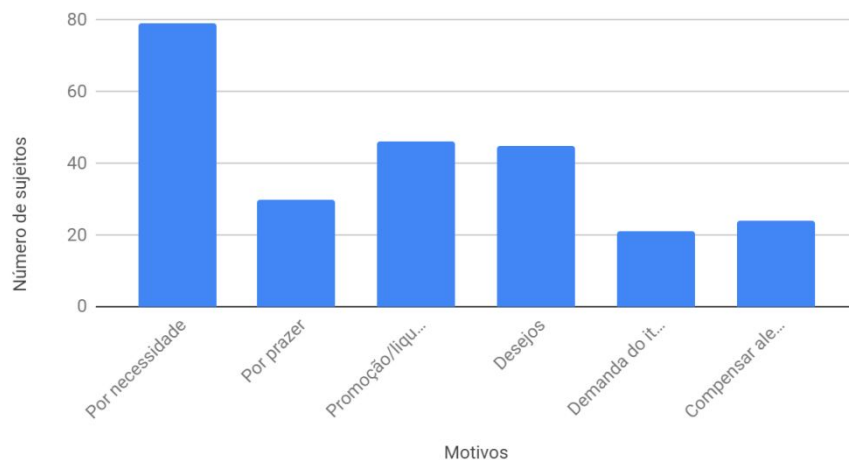
Nesta seção iremos apresentar e discutir as questões ligadas às decisões de consumo entre os respondentes, tais como: a forma e motivos no qual realizam compras, gestão do dinheiro, formato de controle dos gastos, estratégias utilizadas para aquisição de algo de valor superior, e a influência da mídia na questão do consumo. Algumas das questões foram extraídas do trabalho de Soares (2018) e foram adaptadas para o nosso estudo. Em seu trabalho, a autora estudou sobre as Finanças Pessoais: uma análise das decisões financeiras dos alunos do ensino médio de uma escola pública do município de São José do Egito, em Pernambuco.

5.3.1. Motivação de compras

O Gráfico 9 evidencia a motivação de compras. Conforme os resultados, nesta questão, os respondentes poderiam marcar mais de uma opção como motivação, segue os percentuais: por necessidade (97,5%), por prazer (37%), promoção/liquidação (56,8%), desejos (55,6%), demanda do item (25,9%), compensar alegrias, tristezas e frustrações (29,6%).

Gráfico 9 - Distribuição da amostra segundo Motivação de compras, Recife – agosto de 2020.

O que te leva a tomar uma decisão de consumo (motivação)?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

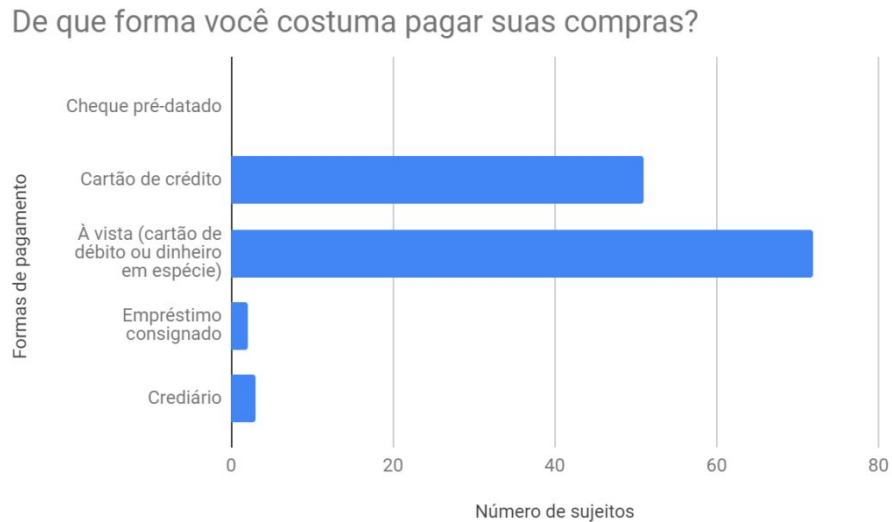
Comparando com o trabalho de Dias et al. (2017), do total da amostra 46,88% dos respondentes afirmam que compram somente o necessário, independente se há liquidação ou não; 27,97% dos acadêmicos compram com o objetivo de satisfazer uma necessidade (logo, 74,85%, compram por necessidade); 21,67% dos respondentes aproveitam a oportunidade de liquidação e 3,48% afirmam que compram para atender o apelo de marketing (impulso) ou compram por status.

Analisando as decisões e motivações de consumo dos jovens podemos relacionar com Silva (2014), onde o autor aborda que os jovens são menos propensos ao endividamento, podendo atribuir tal fato ao pequeno grau de materialismo que os mesmos apresentam, mostrando que teoricamente possuem autocontrole na hora de comprar, mas isso não significa que possuem um controle financeiro das suas despesas.

5.3.2. Formas de pagamento

Abaixo temos o Gráfico 10, explicitando a forma que os jovens universitários costumam pagar suas compras.

Gráfico 10 - Distribuição da amostra segundo Formas de pagamento de compras, Recife – agosto de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

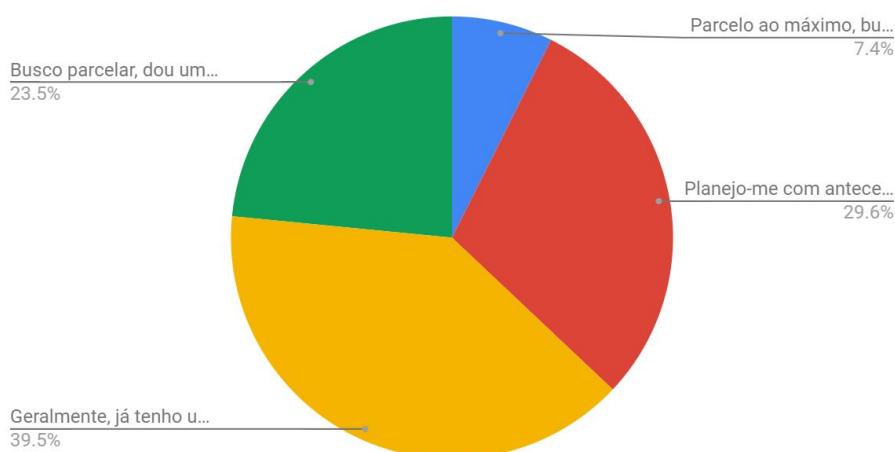
Nessa questão, os sujeitos poderiam escolher mais de uma opção como forma de pagamento. Foi verificado que 88,9% costuma pagar a vista pelo cartão de débito ou dinheiro em espécie e 63% com o cartão de crédito. Empréstimo consignado e Crediário corresponde a 2,5% e 3,7%, respectivamente. Esse resultado é interessante, pois demonstra que apesar do cartão de crédito ser considerado pela PEIC como o grande causador do endividamento ele não é o método mais utilizado pelos jovens universitários da UFRPE, pois os mesmos preferem pagar à vista.

5.3.3 Estratégia de compras

O Gráfico 11 demonstra as estratégias de compras dos estudantes quando desejam adquirir algo que apresente um valor maior que exceda sua renda mensal.

Gráfico 11 - Distribuição da amostra segundo Estratégia de compras, Recife – agosto de 2020.

Qual a sua estratégia quando deseja adquirir algo que apresente um valor maior que exceda sua renda mensal?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Como visto no Gráfico 11, a maioria dos estudantes (39,5%) utilizam a tática de dar uma entrada no ato da aquisição e parcelar o restante do preço, selecionando a opção: “Geralmente, já tenho uma parte para dar de entrada e o restante parcelo de uma forma que caiba em meu orçamento”; seguido de 29,6% que optaram marcar “Planejo-me com antecedência e sempre consigo comprar à vista e com descontos”; 23,5% escolheram a opção “Busco parcelar, dou um jeito de pagar mais essa conta mensalmente” e a minoria (7,4%) informaram que “Parcelo ao máximo, buscando atender o meu sonho de consumo, independentemente de ter planejado ou não”.

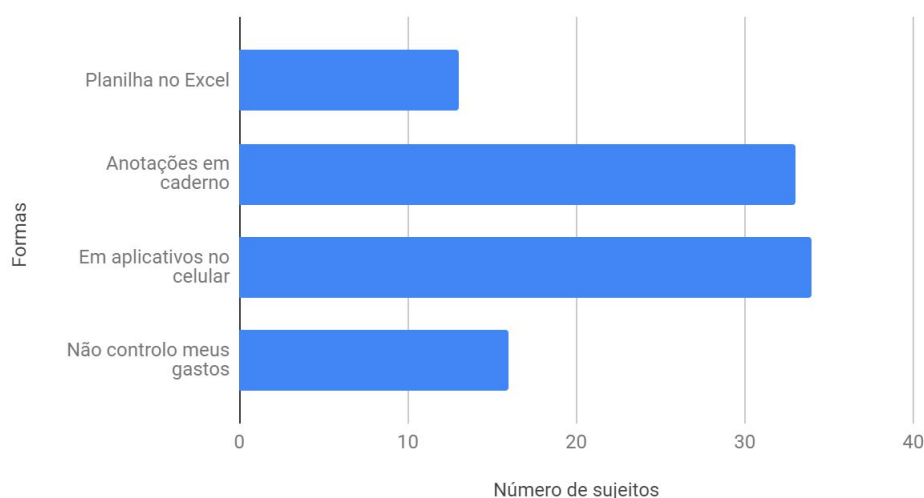
Na análise de Soares (2018) dentre as estratégias mais utilizadas pelos respondentes estão o planejamento com antecedência (41,28%) e a tática de dar uma entrada no ato da aquisição (30,28%), fazendo com que o valor da parcela diminua respectivamente. No estudo da autora, foi demonstrado que a maioria dos estudantes afirmaram o motivo pelo qual realizam suas compras: por ter necessidade, por conseguinte, essa necessidade é planejada ou ainda organizada, segundo os respondentes, de acordo com seu orçamento, demonstrando uma diferenciação no estudo com jovens universitários onde a maioria ainda não faz o planejamento antes de realizar uma compra que exceda o valor de seu orçamento.

5.3.4 Controle dos gastos

O Gráfico 12 apresenta a forma de controle dos gastos. A maioria (42%) dos respondentes informou que faz uso de aplicativos no celular para fazer o controle e planejamento dos gastos mensais e cotidianos, seguidos de anotações em caderno (40,7%), planilhas no Excel (16%) e também os estudantes que não controlam os seus gastos (19,8%).

Gráfico 12 - Distribuição da amostra segundo Forma de controle dos gastos Ajuda Financeira, Recife – agosto de 2020.

Como você controla e planeja seus gastos mensais?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Comparando com Dias et al. (2017), a ferramenta mais utilizada pelos acadêmicos para gerenciar a renda foi o caderno de anotações, compreendendo 32,97% dos respondentes; 21,96% utilizam planilha simples no Excel; 19,07% e 10,98% dos respondentes utilizam software de gerenciamento (como aplicativos para celulares) para acompanhar seus gastos. Esses autores não investigaram sobre os estudantes que não faziam o controle dos gastos.

Em comparação com o trabalho de Soares (2018), com relação à forma como os respondentes realizam os controles de seus gastos, a autora evidenciou que 55% se utilizam de anotações no caderno, os mais ligados a tecnologia (28%) acessam aplicativos no celular e 6% utilizam as planilhas do

Excel. Lembrando que a pesquisa feita por Soares (2018) foi com estudantes do ensino médio. Os resultados se mostraram parecidos na questão da forma de controles, apesar da maioria ainda realizarem de forma manual, não explorando as tecnologias dos aplicativos, diferente dos jovens universitários.

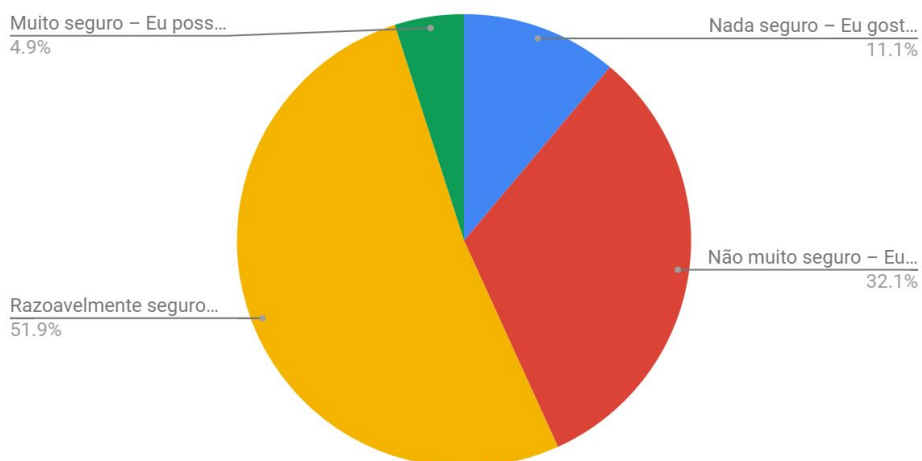
Silva (2014) cita que muitos jovens afirmam que o planejamento financeiro é necessário e possuem consciência da sua importância, mas acabam não colocando em prática, tornando a não realização de um planejamento uma das principais variáveis que tornam os jovens propensos ao endividamento. O fato da maioria dos jovens ainda receber algum tipo de ajuda financeira, pode ser um fator impulsivo para que os mesmos não estejam preocupados com seus gastos (CASPERE e FLACH, 2016).

5.3.5 Gestão do dinheiro

Para examinar o nível de segurança dos respondentes em relação às questões financeiras e investigar a fonte mais relevante que os estudantes têm de conhecimento para gerir suas rendas, foram extraídas e adaptadas para o nosso estudo duas questões do trabalho de Agra (2017), em que a autora estudou sobre a Educação Financeira: Influência no consumo e Investimento. No trabalho, Agra (2017) fez um estudo de comparação entre dois cursos: Ciências Contábeis e Letras (Português e Espanhol), porém o foco do nosso estudo não é verificar as diferenças dos conhecimentos dos estudantes por curso e sim as formas de acesso a educação financeira em geral. Abaixo consta o Gráfico 13 apresentando os resultados:

Gráfico 13 -Distribuição da amostra segundo Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?, Recife – agosto de 2020.

Como você sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Conforme os resultados observados acima, a maioria dos sujeitos (51,9%) se sentem “Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto. Cerca de 32,1% afirmam que se sentem “Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças”. Aproximadamente 11,1% afirmam “Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira” e apenas 4,9% afirmam que se sentem “Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças”. Como falado anteriormente não buscou-se saber exatamente de quais cursos eram os estudantes com mais ou menos ou razoável segurança em relação às finanças, todavia comparando com os resultados de Agra (2017) foi verificado que os alunos de Ciências Contábeis foram os que atingiram o percentual maior nas respostas muito seguro e razoavelmente seguro. Isso se explicaria pelo fato desse grupo possuir em sua grade curricular, disciplinas relacionadas à educação financeira.

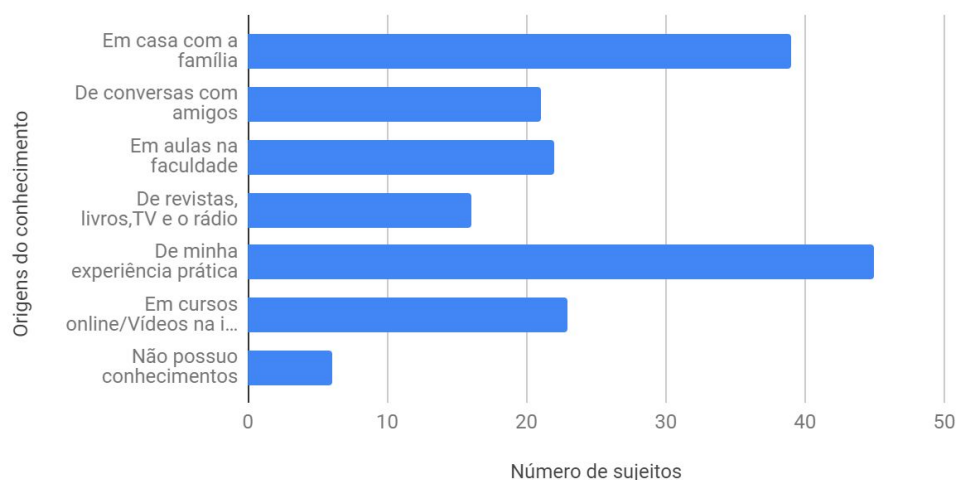
Os resultados da nossa pesquisa corroboram com os resultados de Dias et al. (2017), em que dos respondentes 57,26% disseram ter razoável segurança em lidar com as finanças; 21,37% afirmaram se sentirem pouco seguros; 16,03% se sentem muito seguros e somente 5,34% se sentem nada seguro, apenas se diferenciando nesses dois últimos resultados (muito seguros e nada seguros).

5.3.6 Fontes de conhecimentos para gerir a renda

O Gráfico 14 demonstra as respostas quando foi perguntado sobre a forma pela qual adquiriram conhecimento sobre educação financeira.

Gráfico 14 -Distribuição da amostra segundo Fontes de conhecimentos para gerir a renda, Recife – agosto de 2020.

Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Nessa questão os sujeitos poderiam marcar mais de uma opção como fontes de conhecimento. Nota-se que a maioria (55,6%) adquiriu a maior parte dos conhecimentos da própria experiência prática, 48,1% adquiriu em casa com a família; 28,4% em cursos online e vídeos na internet; 27,2% em aulas na Universidade; 25,9% em conversas com amigos; 19,8% em revistas, livros, TV e o rádio; e 7,4% que não possuem conhecimentos para gerar suas rendas.

Os resultados se mostram congruentes quando comparados com os resultados de Agra (2017), onde os entrevistados do curso de Ciências Contábeis, consideraram que a fonte mais relevante para gerir sua renda é em casa, com a família (44,3%), seguido dos que consideraram que seriam as aulas da faculdade (43,4%). Já no curso de Letras, 60%, consideraram como sendo em casa com a família.

5.3.7 Marketing como influência para o endividamento

Em busca de verificar os fatores influenciadores do endividamento foi colocada a questão: “Você acredita que propagandas, publicidades, marketing e programas de TV influenciam o consumo?” 66 (81,5%) responderam que sim, influenciam. 8 (9,9%), responderam que talvez influencie e 7 (8,6%), acreditam que não é fator de influência para o consumo. Desse modo, confirma-se que o marketing de fato cumpre o seu papel como influenciador do consumo.

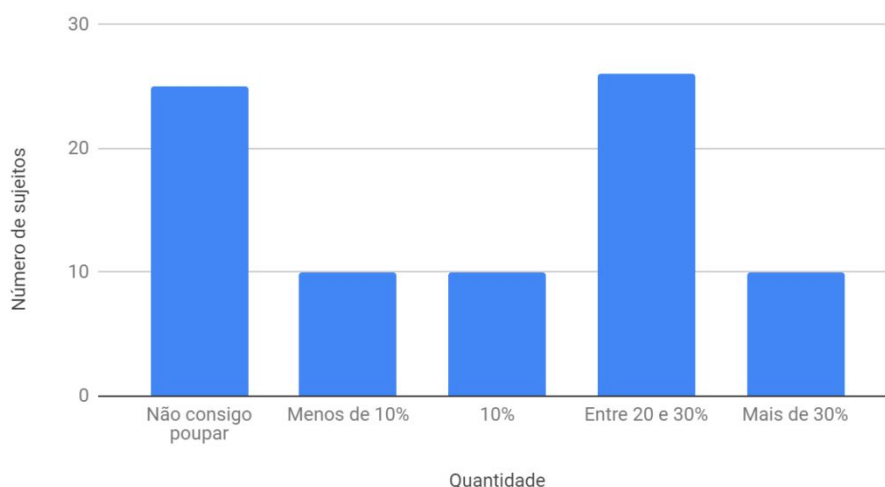
Silva et al. (2015) reverbera que a publicidade exerce um papel fundamental no processo de endividamento do consumidor. Segundo as autoras, para fazer o consumidor acreditar que precisa do empréstimo as instituições financeiras se valem de publicidade agressiva, carente de informações básicas e, muitas vezes, até enganosa. As autoras também citam Sodré (2007, p. 67), onde o autor afirma que para a existência de uma sociedade consumista cinco fatores são muito importantes: produção dos produtos em série, distribuição em massa de produtos e serviços, formalização da aquisição destes produtos e serviços por meio de um contrato de adesão, publicidade em grande escala e oferecimento de crédito ao consumidor desses produtos ou serviços.

5.4 Comportamento em relação às finanças pessoais

Nesta seção iremos abordar e discutir os resultados em relação ao comportamento financeiro pessoal dos sujeitos da pesquisa. Foram investigados a percepção quanto a poupança da renda mensal, a reserva de emergência dos estudantes e a classificação dos gastos dos mesmos. No Gráfico 15 temos os resultados em relação ao percentual da renda que os estudantes conseguem poupar em um mês.

Gráfico 15 -Distribuição da amostra segundo Poupança dos estudante, Recife – agosto de 2020.

Quanto da renda você consegue poupar?



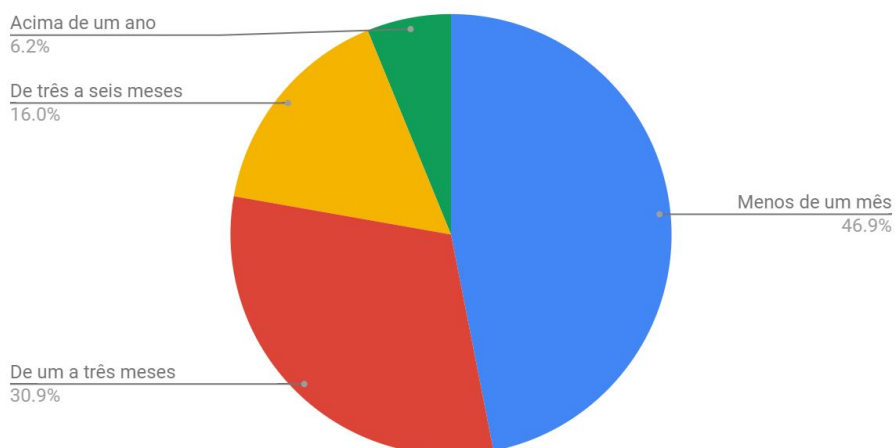
Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Conforme visto no Gráfico 15 cerca de 30,9% dos respondentes informaram que não conseguem poupar; 32,1% poupam entre 20 e 30%; 12,3% poupam menos de 10%; 12,3% poupam 10% e 12,3% consegue poupar mais de 30% da renda mensal. Estes dados são preocupantes uma vez que a falta de uma poupança pode repercutir no nível de endividamento. No trabalho de Santos (2012) os estudantes que nunca conseguiram poupar são os mais endividados, representando 70% do total do segmento.

Para tentar mensurar a reserva de emergência dos estudantes, foi questionado por quanto tempo conseguiriam se manter com suas economias em caso de perda da renda. No Gráfico 16 podemos observar as seguintes respostas: 46,9% não teria reserva de emergência suficiente para sanar sequer um mês; 30,9% teria reserva para passar de um a três meses; 16% passariam de três a seis meses e 6,2% conseguiriam passar mais de um ano.

Gráfico 16 - Distribuição da amostra segundo Reserva de Emergência dos estudantes, Recife – agosto de 2020.

Caso você perdesse o emprego/renda hoje, teria reserva suficiente para sanar as dívidas e arcar com os gastos cotidia...



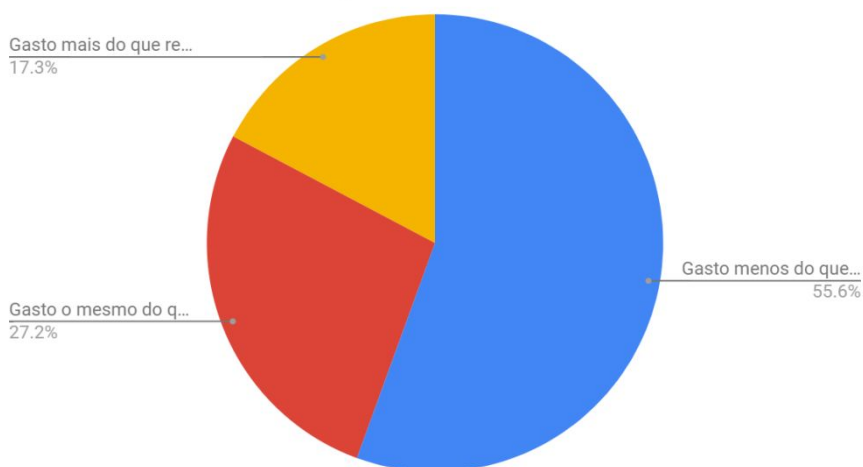
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os resultados corroboram com o trabalho de Dias et al. (2017), que utilizaram o mesmo tipo de questão para mensurar a reserva de emergência dos acadêmicos. Os resultados que os autores evidenciaram foi uma parcela representativa de 45,82% dos respondentes afirmam que não conseguiriam manter-se no mesmo padrão de vida nem por menos de um mês; 25,19% manteriam o padrão por aproximadamente um a três meses; 19,84% dos acadêmicos viveriam no mesmo padrão de quatro a seis meses caso perdessem seus rendimentos e 9,15% dos respondentes viveriam de sete meses a mais de 12 meses somente com suas economias.

Outro ponto abordado no questionário foi o nível de gastos e consumo dos estudantes. Os resultados estão demonstrados no Gráfico 17 onde 55,6% informaram que gastam menos do que recebem; 27,2% gastam o mesmo do que recebem e 17,3% gastam mais do que recebem.

Gráfico 17 - Distribuição da amostra segundo Classificação dos gastos, Recife – agosto de 2020.

Como classificaria seus gastos?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em comparação com o trabalho de Silva (2014), onde o autor abordou o mesmo tipo de questão, foi verificado que 38,1% informaram que gastam igual ao que ganham. Para o autor, há um equilíbrio entre a sua renda e o seu consumo, porém na verdade isso não é o ideal, porque desse modo o indivíduo não consegue poupar nada no mês. Já os que gastam menos que ganha e os que gastam mais do que ganham representaram 30,9%.

No trabalho de Santos (2012), o autor evidenciou através dos resultados obtidos que endividados tendem a gastar mais do que recebem, pois resultou em 47,8% dos pesquisados. Como esperado, as pessoas que não estavam em débito financeiro teriam maior facilidade na gestão financeira de seus recursos, uma vez que as opções gasto menos do que ganho (48,1%) e gasto igual ao que ganho (43,4%) totalizou 91,5% dos respondentes. Na pesquisa, o autor diferenciou as respostas por dois blocos: os endividados e os não endividados.

5.5 Endividamento, superendividamento e nível de inadimplência dos jovens da UFRPE

Foram elaboradas questões com objetivo de avaliar o grau de endividamento dos alunos e os motivos que levaram estes a se endividarem. Duas questões tratam sobre o endividamento e quais seriam os tipos de

dívidas e outras duas questões tratam sobre o superendividamento e as razões pelas quais os possíveis superendividados estavam nessa situação. Uma outra questão buscou investigar a percepção dos estudantes em relação ao comprometimento de sua renda com as dívidas.

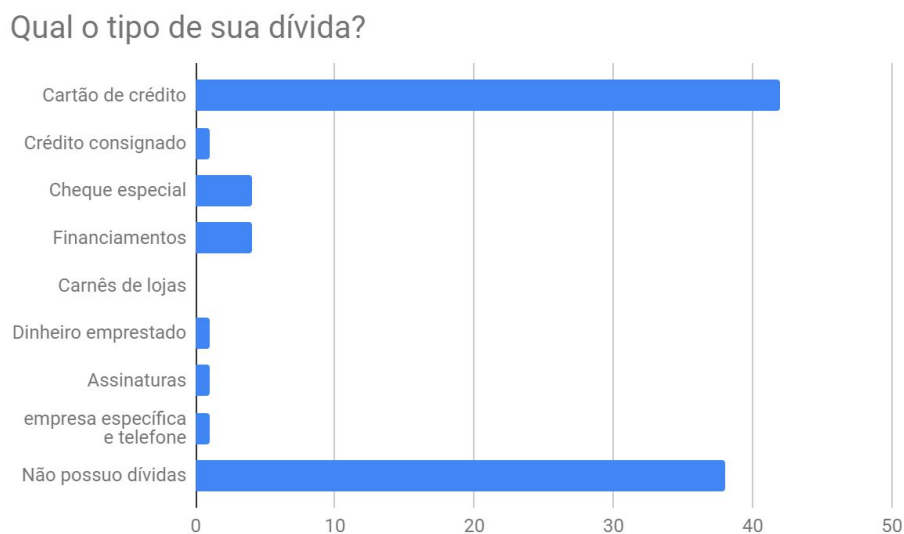
Nos Gráficos 18 e 19 vemos os resultados explicitados sobre a consideração e percepção dos sujeitos da pesquisa em relação ao endividamento e quais seriam os tipos de dívidas de quem se considera endividado.

Gráfico 18 - Distribuição da amostra segundo Endividamento, Recife – agosto de 2020.



Dados: Fontes da pesquisa, 2020.

Gráfico 19 - Distribuição da amostra segundo Tipos de dívidas, Recife – agosto de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

De acordo com os resultados explicitados no Gráfico 18, 70,4% dos entrevistados não se consideram endividados; 27,2% disseram que sim, se consideram endividados e 2,5% não souberam responder. Apesar de ser um resultado considerado positivo, talvez os sujeitos não tenham a correta orientação das noções de dívida e inadimplência, pois as respostas são contraditórias, uma vez que grande parte deles respondeu como opção de tipo de dívida o cartão de crédito.

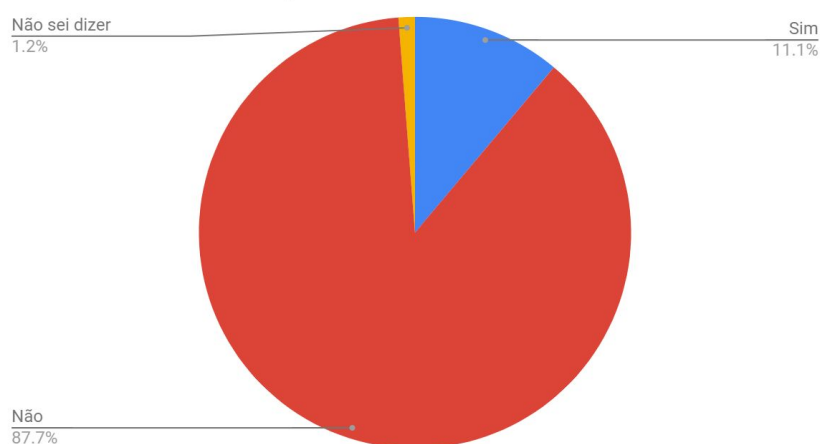
Como já citado e discutido anteriormente na seção sobre o endividamento na sociedade contemporânea e seus impactos, “chamamos de endividamento qualquer dívida que a pessoa possui e tem a obrigação de pagar. Por exemplo, todas as vezes que você fez uma compra a prazo, contraiu uma dívida e ficou em situação de endividamento” (BUAES, et al. 2015 p. 14).

Na questão sobre os tipos de dívidas, apresentadas no Gráfico 19, os respondentes poderiam escolher mais de uma opção como tipo de dívidas. Aproximadamente 51,9% informaram que deviam no cartão de crédito; 1,2% crédito consignado; 4,9% cheque especial e financiamentos; 1,2% dinheiro emprestado, assinaturas e empresa específica e telefone e 46,9% informaram que não possuem dívidas. Esse último resultado se mostra contraditório, pois, uma vez que 70,4% não se consideravam endividados, então o resultado deveria se repetir na opção de “não possuo dívidas”.

Os Gráficos 20 e 21 tratam sobre o superendividamento e as razões do mesmo. Como apresentado no Gráfico 20 aproximadamente 87,7% dos entrevistados não se consideram superendividados; 11,1% se consideram superendividados e 1,2% não souberam responder.

Gráfico 20 -Distribuição da amostra segundo Superendividamento, Recife – agosto de 2020.

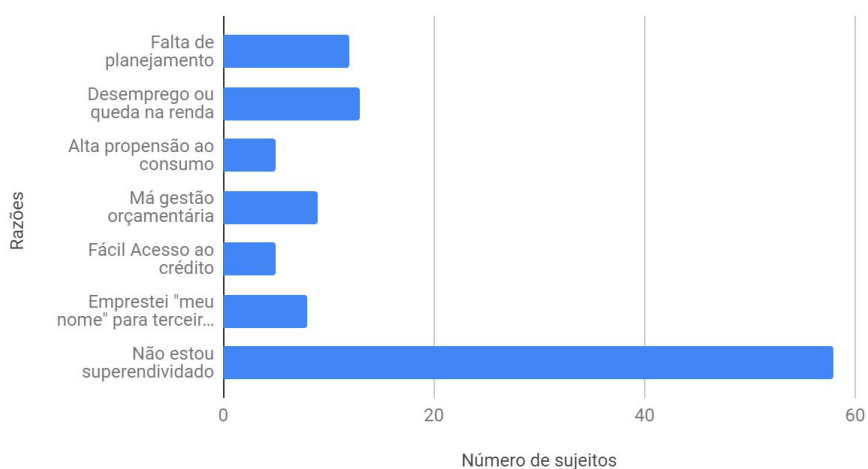
Você Se considera superendividado?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 21 - Distribuição da amostra segundo Razões do Superendividamento, Recife – agosto de 2020.

Qual a principal razão para sua dívida?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

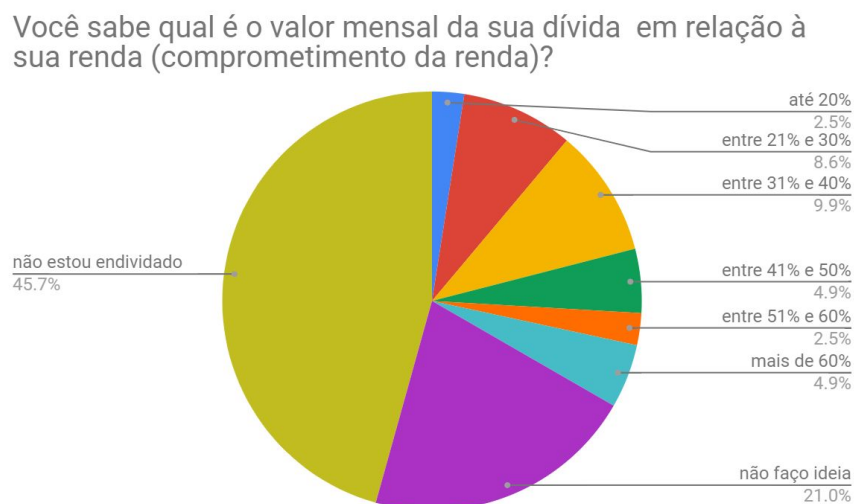
Corroborando novamente com as citações da seção endividamento na sociedade contemporânea e seus impactos, “superendividamento é o que acontece quando uma pessoa se vê impossibilitada de pagar suas dívidas e passa a ter dificuldades para suprir suas necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde” (BUAES, et al. 2015 p. 14).

Para compreender as razões que levaram os jovens que estão superendividados a chegar nessa situação foi elaborada a questão na qual se indagavam os motivos e razões para suas dívidas. Os resultados sobre essa

questão foram apresentados no Gráfico 21: aproximadamente 14,8% disseram que era por falta de planejamento; 16% desemprego ou queda na renda; 6,2% alta propensão ao consumo; 11,1% má gestão orçamentária; 6,2% fácil acesso ao crédito; 9,9% porque emprestou o “nome” para terceiros e 71,6% informaram que não estão superendividados. Novamente observamos uma contradição nas respostas, pois esse último resultado, que faz referência a afirmativa “não estou superendividado”, deveria ser próximo de 87,7%, conforme o resultado da questão anterior.

O Gráfico 22 trata sobre o comprometimento da renda com as dívidas. Em relação ao comprometimento da renda, no total geral, a maioria (45,7%) não estão endividados e 21% não fazem ideia. Dos que sabiam do comprometimento da renda foi mais assinalada a opção em que classifica entre 31% e 40% (9,9%).

Gráfico 22 - Distribuição da amostra segundo Comprometimento da renda, Recife – agosto de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Comparando com o trabalho de Silva et al. (2015), Em relação ao comprometimento da renda, a maioria dos alunos comprometem mais que 60% da renda. Dos 130 alunos 25 responderam que mais de 60% de sua renda está comprometida com o pagamento de dívidas. Em seguida temos àqueles que não fazem idéia do valor mensal de suas dívidas, 22 alunos assinalaram essa

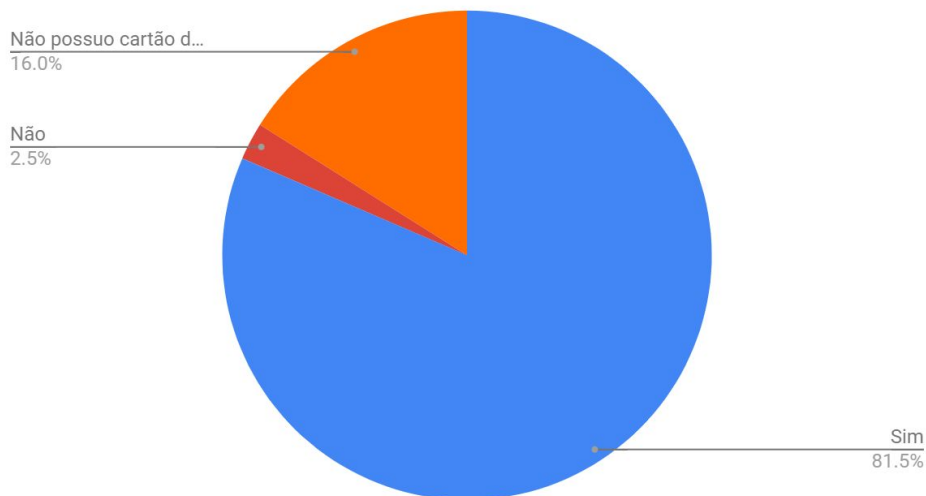
opção, o que representa 17,69% do total geral. Apenas 16 alunos comprometem até 20% de sua renda com o pagamento de dívidas.

5.5.1 Relacionamento dos jovens com o cartão de crédito

Nesta seção abordaremos sobre o relacionamento dos jovens com o cartão de crédito, investigamos se possuem esse tipo de financiamento e para que utilizam. Indagamos se fazem o pagamento corretamente dos valores totais, se possuem pagamentos em atraso, entre outros assuntos referentes ao tema. Inicialmente foi perguntado se os sujeitos da pesquisa pagavam o valor total de suas faturas. Os resultados estão explicitados no Gráfico 23.

Gráfico 23 -Distribuição da amostra segundo Pagamentos de fatura, Recife – agosto de 2020.

Costuma pagar o valor total da fatura?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

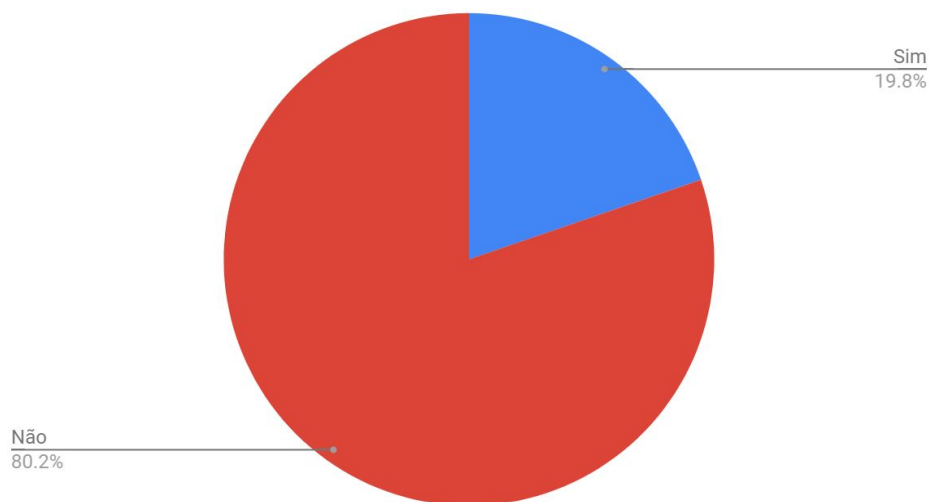
Com respeito aos pagamentos do cartão de crédito 81,5% disseram que costumam pagar o valor total da fatura; 2,5% disseram que não pagam o valor total e 16% informaram que não possuem cartão de crédito (esse número deveria ser maior que 70,4% uma vez que disseram não se considerar endividados (Gráfico 22), porém o fato de ter cartão de crédito não significaria necessariamente que estão devendo nele, por conseguinte, pode ser que num

momento em que eles tivessem faturas a pagar, fariam desse modo, o pagamento do valor total.

Continuando, indagamos se os respondentes possuíam pagamentos em atraso e se caso tivessem, qual seria a justificativa, conforme podemos observar nos Gráficos 24 e 25, logo abaixo:

Gráfico 24 - Distribuição da amostra segundo Pagamentos em atraso, Recife – agosto de 2020.

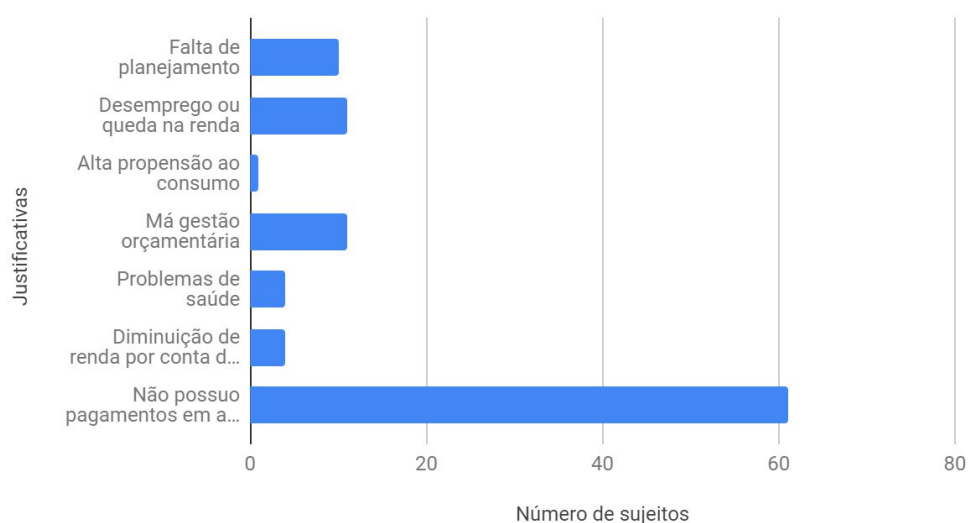
Possui pagamentos em atraso?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 25 - Distribuição da amostra segundo Justificativa do pagamento em atraso, Recife – agosto de 2020.

Justificativa para o pagamento em atraso?



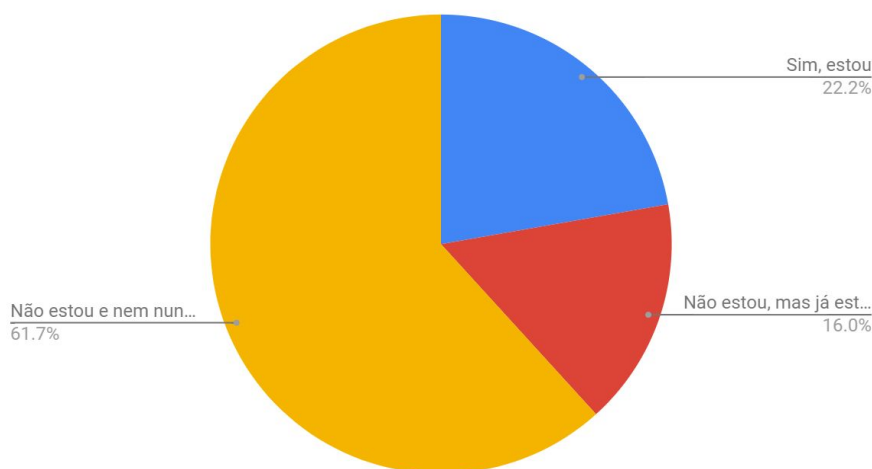
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao Gráfico 24 aproximadamente 80,2% informaram que não possuem pagamentos em atraso, seguidos de 19,8% que relataram possuir. Em relação a justificativa para os que tinham pagamentos em atraso 12,3% disseram que era por falta de planejamento; 13,6% desemprego ou queda na renda; 1,2% alta propensão ao consumo; 13,6% má gestão orçamentária; 4,9% problemas de saúde e diminuição da renda por conta da pandemia e 75,3% não possuem pagamentos em atraso (esse número deveria ser 80,2%, conforme o resultado do gráfico 24).

5.5.2 Inadimplência

Gráfico 26 - Distribuição da amostra segundo Inadimplência, Recife – agosto de 2020.

Está ou já esteve com CPF negativado?



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com relação ao nível de inadimplência e negativação de CPF aproximadamente 61,7% dos entrevistados disseram que não estão e nem nunca estiveram com o CPF negativado; 22,2% estão e 16% não estão negativados, mas já estiveram, conforme podemos observar no Gráfico 26.

Comparando com Silva et al. (2015), as autoras buscaram saber quantos respondentes endividados têm ou tiveram seus nomes inscritos em órgãos de proteção ao crédito. A grande maioria dos alunos (76,92%) respondeu que nunca tiveram seus nomes inscritos, embora os que afirmaram que já tiveram ou estão representem significativos 21,54% dos respondentes.

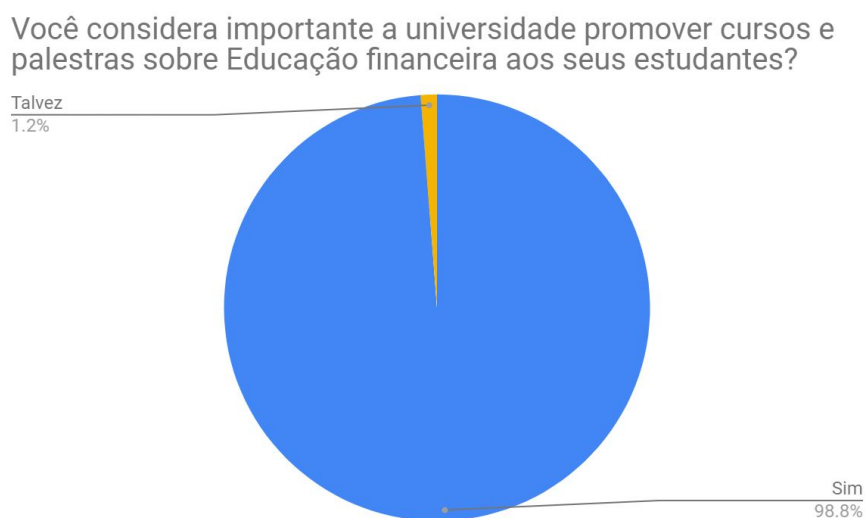
De acordo com o SERASA 25% da população negativada no Brasil tem de 18 a 30 anos. Já de acordo com o SPC Brasil cerca de 46% dos brasileiros com idade entre 25 e 29 anos têm dívidas em atraso e estão inadimplentes. Entre os que têm idade entre 18 e 24 anos, a proporção é de 19%. Juntos, esses grupos representam 12,5 milhões de pessoas.

5.6 Educação Financeira e UFRPE

A última seção da pesquisa teve como propósito analisar a relação da UFRPE com a educação financeira, a fim de verificar as formas de acesso a educação financeira que a Universidade pode promover aos seus estudantes.

Na primeira questão foi perguntado se os participantes consideram importante a Universidade promover cursos e palestras sobre educação financeira aos seus estudantes. Conforme podemos ver no Gráfico 27 aproximadamente 98,8% dos estudantes consideram importante a UFRPE dispor de cursos e palestras sobre educação financeira. Apenas 1 participante assinalou que “talvez” fosse importante.

Gráfico 27 - Distribuição da amostra segundo Educação Financeira e UFRPE 1, Recife – agosto de 2020.

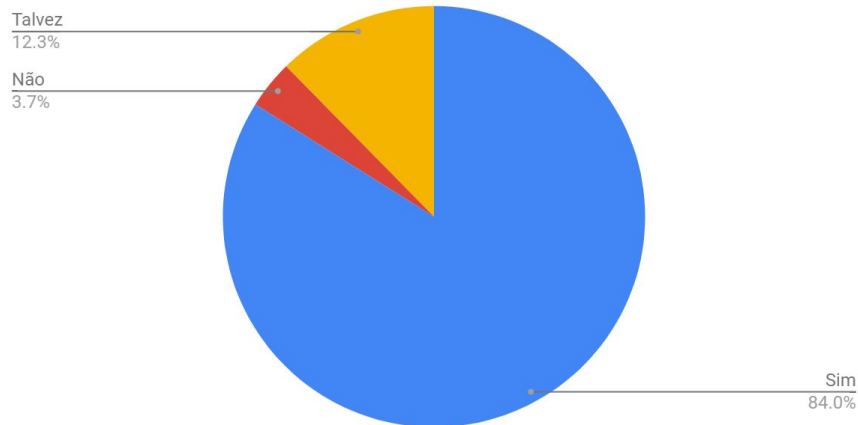


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na segunda questão foi perguntado se os participantes consideram que o tema “Educação Financeira” deveria ser tratado em alguma disciplina ou programa regular na UFRPE. Dos participantes, cerca de 84% responderam que sim; 12,3% talvez e 3,7% responderam que não, os dados estão explicitados no Gráfico 28.

Gráfico 28 - Distribuição da amostra segundo Educação Financeira e UFRPE 2, Recife – agosto de 2020.

Você considera que o tema Educação financeira deveria ser tratado em alguma disciplina ou programa regular na Universi...



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Comparando os resultados, podemos ver que os estudantes preferem que a UFRPE possa promover cursos e palestras sobre educação financeira, mas nem todos acreditam que seja importante que o tema seja tratado em alguma disciplina ou programa regular.

Todavia, os resultados se mostram positivos. De qualquer maneira os estudantes demonstram interesse pela temática, fazendo-se necessário que a UFRPE possa promover ações que instiguem a educação financeira a fim de reduzir os níveis de endividamento, como também promova mais informações sobre investimentos e finanças.

Em 2019, Com o objetivo de aproximar o universitário do mercado financeiro, a UFRPE Invest realizou o 1º Encontro UFRPE de Educação Financeira. O evento buscou contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem os acadêmicos a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. O Encontro contou com o apoio da Braúna Investimentos, QFL University, Multinvest Capital, Dapes Investimentos e do DECON (Departamento de Economia UFRPE).

Além desse evento, a matriz curricular dos cursos de Economia Doméstica e Ciências do Consumo trazem disciplinas como: Educação do consumidor, Economia e administração familiar como também Finanças pessoais e familiares.

Por fim, a última questão teve como objetivo a participação dos sujeitos da pesquisa. Foi perguntado o que poderiam sugerir para que um trabalho efetivo de Educação Financeira ocorresse na UFRPE. Dos 81 participantes, apenas 22 responderam e colaboraram com a questão. A resposta foi aberta, então os participantes poderiam sugerir e opinar como quisessem.

Como as respostas por muitas vezes se repetiam demonstrando uma saturação foi estabelecido uma relação da frequência das respostas conforme podemos ver na Tabela 1:

Tabela 1 - Sugestões para que um trabalho efetivo de Educação Financeira ocorresse na UFRPE.

Sugestões	Quantidade de respostas
Exposições/simpósios/palestras/seminários/mini cursos/eventos/oficinas.	13
Disciplinas básicas sobre educação financeira/Disciplina opcional para todos os cursos.	4
Programas de extensão.	1
Estabelecer parceria com os cursos que tem propriedade central do tema para desenvolver projetos contínuos de educação financeira.	1
Atividades complementares.	1
Analisar a demanda entre os endividados e criar alguma estratégia como consultoria e acompanhamento.	1
Não tenho sugestão sólida.	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Analisando as sugestões observamos que a maioria dos estudantes que responderam sugeriram que a UFRPE promovesse exposições, simpósios, palestras, seminários, mini cursos e até mesmo oficinas. Alguns estudantes relataram que essas ações deveriam ocorrer mensalmente.

Outros sugeriram que houvesse a criação de disciplinas básicas sobre educação financeira e que essas disciplinas fossem opcionais para todos os cursos, como também programas de extensão, atividades complementares, realização de levantamento sobre os dados de endividamento entre os estudantes e criar projetos de consultoria e acompanhamento, ações essas que os cursos de Economia Doméstica, Ciências do Consumo e Ciências Econômicas poderiam contribuir de maneira significativa e satisfatória para realização desses acontecimentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar sobre o endividamento entre os jovens universitários da UFRPE e as formas de acesso à Educação Financeira. Com relação ao endividamento, observamos que os resultados se mostram positivos mesmo em meio a uma pandemia. Verifica-se que os jovens universitários da UFRPE não são muito propensos ao endividamento, ou pelo menos na percepção deles, a maioria não se considera endividados.

Dos que se consideram endividados e também superendividados o tipo de dívida mais comum é o cartão de crédito. Como motivo desta dívida, o item mais assinalado foi o “desemprego”, seguido pela “má gestão orçamentária” o que corrobora com a “falta de planejamento”.

Um número significativo de jovens estão com seus nomes inscritos em órgãos de proteção ao crédito. Em relação ao comprometimento da renda dos jovens que se consideram endividados, a maioria não faz ideia de qual seria o comprometimento, demonstrando um descontrole financeiro e desse modo um mau planejamento.

Diversas variáveis foram utilizadas para o desenvolvimento do estudo a fim de se analisar os casos de endividamento, como também os fatores de influência. Foram também verificadas as experiências dos jovens com a educação financeira, as formas de acesso que eles dispõem para a prática e conhecimento sobre o tema.

Foi analisado o comportamento em relação às finanças pessoais, em que foram observados resultados alarmantes. Uma parcela significativa dos estudantes não conseguem poupar nenhum valor da renda mensal que obtêm, como também não possuem reserva de emergência para passar sequer um mês para sanar os gastos cotidianos caso perdessem a fonte de renda.

Na classificação dos gastos, informaram que gastam mais do que recebem, o que poderia ser uma das causas para o endividamento e superendividamento dos que se encontram nessa situação.

Buscando averiguar os fatores de influência para o consumo inconsciente e a propensão ao materialismo tendo como consequência o endividamento, citamos o marketing, propagandas, publicidades e programas de TV que influenciam o consumo.

Em relação à educação financeira, muitos estudantes têm interesse nessa temática. Um dos dados interessantes é que maioria adquiriu a maior parte dos conhecimentos financeiros da própria experiência prática, como também em casa com a família. Um número significativo dos estudantes se sentem razoavelmente seguros em respeito aos conhecimentos para gerenciar a renda, conhecendo a maioria das coisas que precisaria saber sobre o assunto. Muitos estudantes fazem uso de aplicativos, outros utilizam cadernos e planilhas escritas para fazer o controle e planejamento dos gastos.

Respondendo a problemática estudada neste trabalho: *será que os jovens que ingressam na Universidade têm algum conhecimento de educação financeira e administração de suas finanças?* Tivemos os resultado de que a maioria informou, apesar de terem tido acesso ao conhecimento sobre finanças com suas famílias, não tiveram experiências com educação financeira antes de ingressar na Universidade e que não tiveram experiências com educação financeira na UFRPE.

Quase todos os estudantes consideram importante a UFRPE dispor de cursos e palestras sobre educação financeira. Alguns estudantes colaboraram com a pesquisa e ofereceram sugestões para um trabalho de educação financeira na UFRPE posteriormente.

O presente estudo, representou um trabalho inicial, devendo ser continuado de forma mais abrangente, coletando dados de outras Instituições de ensino superior, tanto as públicas quanto as privadas e localizadas em outras cidades e regiões do Brasil. Como sugestões para estudos posteriores recomendamos retomar o trabalho, entretanto, com aplicação de método qualitativo com foco na educação financeira propondo testes em que sejam possíveis mensurar os conhecimentos financeiros e o grau de educação dos jovens, podendo ser por meio de entrevistas individuais com questionários ou até mesmo com grupos focais. É importante também reproduzir o estudo em outros contextos e com outros públicos, não somente os jovens universitários, mais também alunos do ensino fundamental e médio a fim de que se analise a eficácia da ENEF no Brasil, podendo verificar as diferenças ou semelhanças nos resultados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEL, M. H. **Successful family life on the moderate income: its foundation in a fair start. The man's earnings. The woman's contribution. The cooperation of the community.** Kessinger Publisher, 2008.

AGRA, Auana Saraiva. **Educação Financeira: Influência no consumo e investimento.** UEPB. Monteiro, 2017.

AVELAR, L. F. T. **Valores do dinheiro e propensão ao endividamento: uma análise em estudantes de uma instituição federal de ensino superior.** Dissertação de Mestrado. UFSM. Santa Maria, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito: Conversas com Citlali Roviroso-Madrado.** Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL, **DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE,** LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm Acesso em 14 de outubro de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.** Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Presidência da República - Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 22 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. > Acesso em: 25 de março de 2020.

BRUHN, M. et al. **The impact of high school financial education: experimental evidence from Brazil.** Washington, DC: Development Research Group & Latin America and Caribbean Region / The World Bank, 2013.

BUAES, S. C.; COMERLATO, D.; DOLL, J. **Caderno de Educação Financeira: viver bem com o dinheiro que se tem.** – Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2015.

BUFFON, Gabriela. **A influência do significado do dinheiro na atitude ao endividamento dos acadêmicos dos cursos de administração, do sudoeste do Paraná.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação em ;gestão e Desenvolvimento Regional - Mestrado. Francisco Beltrão, 2018.

CAMPBELL, C. **Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno.** In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.) *Cultura, consumo e identidade.* Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.47-64.

CARVALHO, A. H.; LIMA, N. F.; MOTA, O. M.; FREITAS, F. A. A. **Educação Financeira entre jovens detentores do cartão de crédito universitário.** FFBusiness – Fortaleza – V.13, – Nº 15 – Jun. 2015.

CASPERS, M. C.; FLACH, R. O. **Determinante da propensão ao materialismo e endividamento do consumidor universitário.** V SINGEP. Ipiranga, 2016.

CERBASI, Gustavo. **Dinheiro: os segredos de quem têm.** São Paulo. Editora Gente, 2003.

CLAUDINO, P. L.; NUNES, B. M.; CAMPOS, V. O. **Educação Financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública.** XVI Congresso Brasileiro de Custos. Fortaleza, 2009.

CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – janeiro de 2020.** Pesquisa CNC. Endividamento e Inadimplência do Consumidor. Brasil, 2020. Disponível em: <<http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-janeiro-1>> Acesso em 09 de fevereiro de 2020.

CNC. **8 em cada 10 inadimplentes sofreram impacto emocional negativo por conta das dívidas, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil.** Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7266>> Acesso em 14 de setembro de 2020.

DIAS, C. O; ARENAS, N. C. S; ARENAS, M. V. S; SILVA, R. M. P. **Perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma instituição federal de ensino superior brasileira.** XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Mar del Plata, Argentina. 2017.

DONADIO, Rosimara. **Educação Financeira de Estudantes Universitários: Uma Análise dos Fatores de Influência.** Universidade Nove de Julho, Programa de Pós-Graduação em Administração. São Paulo, 2014.

FERREIRA, K. P; KNOERR, V. C. S; STELZER, J. **Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo.** XXIV Encontro Nacional do

CONPEDI - UFS. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://conpedi.daniloir.info/publicacoes/c178h0tg/i9jl1a02/rmdc370j5cgRVO33.pdf>> Acesso em 14 de setembro de 2020.

FERNANDES, A. H. S; CANDIDO, J. G. **Educação Financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo**. Rev. Elet. Gestão e Serviços V.5, n.2, Jul./Dez. 2014.

FONTANELLA, B J B; RICAS, J; TURATO, E, R. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan, 2008.

GILLIGAN, H.L. **An examination of the financial literacy of California college students**. Tese (Doctor of Educational Leadership Committee)-University of San Diego, 2012.

HILGARD, Ernest Robiequet. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo, EDU, 1973.

JUNIOR, G. P. I.; SOUZA, A. E.; SANTOS, C. A. **Investimento Financeiro: uma análise do perfil investidor dos universitários do Recôncavo da Bahia**. G&ECont, v.2, n. 2, Floriano-PI, Jul-Dez. 2015.

KEHIAIAN, S.E. **Factors and behaviors that influence financial literacy in U.S. Households**. Tese (Phd), H.Wayne Huizenga School of Business and Entrepreneurship New Southeastern University, 2012.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER Sharon L. **Pai Rico, Pai Pobre**. Tradução: Maria Monteiro. 46. Ed. Editora Elsevier, 2000, p. 187

MACHADO, Paula. **Tão jovens e já inadimplentes: 25% da população com nome sujo tem de 18 a 30 anos**. 2019. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/t%C3%A3o-jovens-e-j%C3%A1-inadimplentes-25-da-popula%C3%A7%C3%A3o-com-nome-sujo-tem-de-18-a-30-anos-1.731060>> Acesso em 15 de setembro de 2020.

MARQUES, Flávia. **Cresce número de jovens inadimplentes. Especialista explica o porquê**. 2019. Disponível em: <<https://www.creditas.com/exponencial/jovens-inadimplentes-no-brasil/>> Acesso em 15 de setembro de 2020.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.

MARCIANO, Vinicius Gomes. **Educação Financeira: mensuração do conhecimento financeiro de alunos de uma Universidade Federal e sua correlação com os cinco grandes fatores de personalidade.** Universidade Federal de Itajubá. Instituto de Engenharia de Produção e Gestão. Programa de Pós-Graduação em Administração. Itajubá, 2019.

MCKENZIE, V. M. **The financial literacy of university students: a comparison of graduating seniors' financial literacy and debt level.** (Phd in Education) - University of South Florida, Florida, USA, 2009.

MOORE, D. **Survey of Financial literacy in Washington State: knowledge, behavior, attitudes, and experiences.** Olympia, WA, Washington State Dept. of Financial Institutions, 2003.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobre-endividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação.** Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev. 2002.

OLIVEIRA, Irani Pereira de. **Os/as Consumidores/as e o Superendividamento: um estudo sobre as estratégias do núcleo de apoio ao superendividado (NAS) em Recife/PE.** UFRPE. Recife, 2018.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão.** São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

PROJETO ACADÊMICO, **Pesquisa Quali-Quantitativa: veja como fazer, conceito, o que é e definição.** 2019. Disponível em: <<https://projetoacademico.com.br/pesquisa-quali-quantitativa/#:~:text=Se%20voc%C3%AA%20n%C3%A3o%20sabe%20o,aprofundada%20sobre%20o%20tema%20pesquisado.&text=Isso%20%C3%A9%20o%20que%20%C3%A9%20pesquisa%20quali%2Dquantitativa>> Acesso em 30 de setembro de 2020.

SANTOS, Thiago dos. **Materialismo, Consumo Excessivo e Propensão ao Endividamento dos Jovens Universitários.** 2012. 169 f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2012.

SAVÓIA, J. R. et al. **Paradigmas da educação financeira no Brasil,** RAP, v. 41, n. 6, p. 1121-41, Rio de Janeiro, Nov./Dez. 2007.

SILVA, L. T. J.; SOUZA, A. D.; FAJAN, D. F. **Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários.** SEGET. São Paulo, 2015.

SILVA, Jalinson Jonas gomes da. **Finanças Pessoais: identificação dos fatores que influenciam no endividamento de jovens universitários**. UEPB. Campina Grande, 2014.

SOARES, Thaizy Farias. **Finanças Pessoais: uma análise das decisões financeiras dos alunos do ensino médio de uma escola pública do município de São José do Egito/PE do ano de 2018**. UEPB. Monteiro, 2018.

SODRÉ, Marcelo Gomes. **Formação do sistema nacional de defesa do consumidor**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

SPC Brasil. **Pesquisas**. Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas>> Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

TEIXEIRA, Eleonora França. **Jovem Universitário e o Crédito**. Conversas e controvérsias, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 57-78. 2010/1

UFRPE. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/br/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em 14 de outubro de 2020.

UFRPE. **UFRPE realiza 1º Encontro de Educação Financeira**. Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-realiza-1%C2%BA-encontro-de-educac%C3%A7%C3%A3o-financeira>> Acesso em 16 de setembro de 2020.

VOLPE, R.P.; CHEN H.; PAVLICKO, J.J. **Personal investment literacy among college students: a Survey**. Financial Practice Education, Fall/Winter, p.86-94, 1998.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

1 - Estado Civil

casado/a divorciado/a solteiro/a viúvo/a

2 - Idade

15 a 19 anos 20 a 24 anos 25 a 29 anos

3 - Gênero

feminino masculino prefere não informar

4 - Grau de escolaridade

ensino superior - cursando ensino superior completo pós graduação – especialização Pós-graduação (mestrado) Pós-graduação (doutorado)

5 - Vínculo empregatício

autônomo/informal Microempreendedor individual (MEI) Carteira assinada Concursado/a Desempregado/a Bolsista, se sim, de qual bolsa é beneficiário? _____

6 - Renda mensal

Menos de um salário mínimo Um salário mínimo Dois salários mínimos Três salários mínimos Entre quatro e sete salários Entre oito e dez salários

7 - Recebe ajuda financeira?

Não Dos pais Dos filhos Parentes e/ou amigos Do governo Outros. Qual? _____

8 - Possui filhos?

Não Sim, apenas 1 Sim, 2 filhos/as Sim, 3 ou mais filhos/as

9 - Moradia

Própria Alugada Financiada Outra

10 - Quantas pessoas moram na casa

Moro sozinho/a Duas pessoas Entre três e quatro pessoas De cinco a sete pessoas De oito a dez pessoas Não mora com a família (residente estudantil)

11 - Quantas pessoas do grupo familiar trabalham?

Nenhuma Uma Duas Três Quatro ou mais

Perfil acadêmico do estudante

1- Nome do curso:

2- Período atual:

1° 2° 3° 4° 5° 6° 7° 8° 9° 10° 11° 12°

3- Período:

Matutino Vespertino Noturno Integral

4- Teve experiências com Educação Financeira antes de ingressar na Universidade?

Sim, no ensino fundamental Sim, no Ensino Médio Não Não sei dizer

5 - Teve experiências com Educação Financeira na UFRPE? (Alguma disciplina específica, palestras...)

Sim, no curso que faço Sim, em um minicurso Sim, em palestras Sim, em curso fora da universidade Não Não sei dizer

I - PERFIL DE CONSUMO

1. De que forma você costuma pagar suas compras?

Cheque pré-datado Cartão de crédito À Vista Empréstimo consignado Credciário

2. O que te leva a tomar uma decisão de consumo (motivação) ?

Por Necessidade Por Prazer Promoção/Liquidação Desejos Demanda do item Compensar alegrias, tristezas, frustrações...

3. Como você controla e planeja seus gastos mensais?

Planilha no Excel Anotações em caderno Em aplicativos no celular. Não controlo meus gastos

4.Qual a sua estratégia quando deseja adquirir algo que apresente um valor maior que exceda sua renda mensal?

- Parcelo ao máximo, buscando atender o meu sonho de consumo, independentemente de ter planejado ou não;
- Planejo-me com antecedência e sempre consigo comprar à vista e com descontos;
- Geralmente, já tenho uma parte para dar de entrada e o restante parcelo de uma forma que caiba em meu orçamento;
- Busco parcelar, dou um jeito de pagar mais essa conta mensalmente.

5.Você acredita que propagandas, publicidades, marketing e programas de TV influenciam o consumo?

- Sim Não

II – ANÁLISE DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

1.Sobre a educação financeira você considera que é:

- Essencial; Importante; Pouco importante; Sem importância.

2. Tem interesse nos assuntos envolvendo a temática da educação financeira?

- sim não

4.Como você sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?

- Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira
- Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
- Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto
- Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças

5.Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?

- Em casa com a família De conversas com amigos Em aulas na faculdade De revistas, livros,TV e o rádio De minha experiência prática

6 - Quanto da renda você consegue poupar?

- Não consigo poupar Menos de 10% 10% Entre 20 e 30% Mais de 30%

7 - Caso você perdesse o emprego/renda hoje, teria reserva suficiente para sanar as dívidas e arcar com os gastos cotidianos por quanto tempo?

- Não conseguiria um mês De um a três meses De três a seis meses
 Acima de um ano.

IV - NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

1. Você se considera endividado?

- Sim. Não Não sei informar

2. Você Se considera superendividado?

- sim não não sei informar

3. Qual a principal razão para sua dívida?

- Falta de planejamento Desemprego ou queda na renda Alta propensão ao consumo Má gestão orçamentária Fácil Acesso ao crédito.

4. Qual o tipo de sua dívida?

- Cartão de crédito Crédito consignado Cheque especial Financiamentos Carnês de lojas outros

5. Costuma pagar o valor total da fatura?

- Sim não Não, mas pago pelo menos o mínimo Não, mas pago além do mínimo

6. Pagamentos em atraso?

- sim não

7. Justificativa para o pagamento em atraso?

- Falta de planejamento Desemprego ou queda na renda Alta propensão ao consumo Má gestão orçamentária Problemas de saúde Diminuição de renda por conta da Pandemia

8. Nível e gastos de consumo?

- Gasto menos do que recebo Gasto o mesmo do que recebo Gasto mais do que recebo

9. Você sabe qual é o valor mensal da sua dívida em relação à sua renda (comprometimento da renda)?

- até 20% entre 21% e 30% entre 31% e 40% entre 41% e 50% entre 51% e 60% mais de 60% não faço ideia

10 - Está ou já esteve com CPF negativado?

Sim, estou Não estou, mas já estive Não estou e nem nunca estive

V- UFRPE E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

1. Você considera importante a universidade promover cursos e palestras sobre Educação financeira aos seus estudantes.

Essencial Importante Pouco importante Sem importância.

2- Você considera que o tema Educação financeira deveria ser tratado em alguma disciplina ou programa regular na Universidade?

Sim. Não

3- O que você poderia sugerir para que um trabalho efetivo de Educação financeira ocorresse na UFRPE?
